DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE SÃO PAULO

EDIÇÃO NACIONAL

ISSN 2675-6676

R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVIII • Nº 8148 • SÃO PAULO, 08 A 10 DE JUNHO DE 2024 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Propina de R$ 800 mil torna ré desembargadora do TJ-BA

Política Pág.03

Ela é suspeita de ter recebido a quantia pela venda de decisão judicial

Suspeita de ter recebido R$ 800 mil em propina em três processos, todos envolvendo imóveis no oeste baiano, a desembargadora Ilona Márcia Reis, do TJ-BA, afastada do Tribunal, tornou-se ré num processo por associação criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Ilona é uma das investigadas na Operação Faroeste - inquérito que mira um esquema de venda de decisões judiciais relacionadas, sobretudo, a disputas fundiárias na Bahia. A PF fez buscas no gabinete da desembargadora e apreendeu comprovantes de depósitos fracionados. Relatórios de inteligência financeira também apontam movimentações bancárias atípicas e transações suspeitas envolvendo laranjas e empresas, segundo o inquérito. Ilona chegou a tentar uma aposentadoria voluntária, mas a iniciativa foi barrada pelo STJ em abril de 2023.

(Foto: Reprodução/Arquivo pessoal)

A denúncia teve origem na Operação Faroeste, que apurou esquema de venda de decisões judiciais relacionadas à disputa de terras na região oeste da Bahia.

Esportes Pág.08

O Brasil vai pintar Paris de azul e amarelo com novo uniforme do COB para os Jogos de 2024

Internacional Pág.05

França enviará caças Mirage para Ucrânia e irá treinar pilotos de Zelenski, diz Mácron

Política Pág.03

STF volta a adia julgamento que pode levar Collor a oito anos de prisão

O julgamento que pode levar à prisão o ex-presidente Fernando Collor por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em um dos processos da Lava Jato, foi adiado pelo pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, do STF. Em maio de 2023, Collor foi condenado a 8 anos e 10 meses de prisão. Ontem, 7, Toffoli apresentou um voto-vista no sentido de reduzir a pena de Collor em seis meses.

Economia Pág.04

Desastre ambiental reduziu produção de veículos no RS em 12 mil unidades

Dados da Anfavea indicam que, com o desastre ambiental no RS, 12 mil unidades de veículos deixaram de ser produzidos em maio. No total nacional, a produção de veículos recuou 24,9% no mês passado, caindo de 222,1 mil unidades em abril para 166,7 mil em maio.

Contexto Jurídico Pág.10

Justiça em crise: STJ aceita denúncia contra desembargadora do TJBA na Operação Faroeste

Esportes Pág.08

Choque de medalhistas: Hebert Conceição e Esquiva Falcão se enfrentam em esperada luta

Política Pág.03

Ganha força na Câmara projeto que limita delação premiada

(Foto: Lula Marques/Agência Brasil)

O texto veda a delação quando o investigado está preso preventivamente.

Uma proposta do deputado federal Luciano Amaral (PV-AL), que conta o apoio do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), limita as delações conhecidas formalmente como "acordos de colaboração premiada". O texto veda a delação quando o investigado está preso preventivamente, mas é menos abrangente do que a proposta do ex-deputado federal Wadih Damous (PT-RJ), hoje titular da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor.

Internacional Pág.05

Steve Bannon, ex-estrategista de Trump deve ser preso até 1º de julho

Economia Pág.04

País alcança convergência da inflação, avalia Campos Neto

O Brasil uma vive uma convergência nos dados de inflação, avaliou ontem, 7, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, assinalando que o último número do IPCA veio melhor que o esperado, inclusive qualitativamente.

Internacional Pág.05

Ataque de Israel mata dezenas em escola da ONU usada como abrigo

Geral Pág.06

Judiciário repassará R$ 180 milhões às Prefeituras do RS

Cerca de R$ 180 milhões serão repassados pelo Judiciário às prefeituras do RS através da Defesa Civil do Estado, confirmou ontem, 7, o governador Eduardo Leite. Segundo ele, esses recursos devem ser todos empregados em ações de resposta ao desastre ambiental.

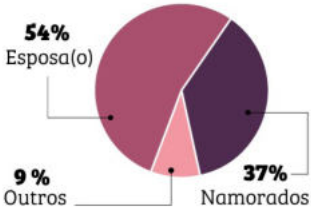
DIA DOS NAMORADOS

OS MAIS PRESENTEADOS

ITENS MAIS PROCURADOS PARA PRESENTEAR

Item	%
Perfumes ou cosméticos	39%
Roupas	37%
Calçados	24%
Jantares	20%
bombons e chocolates	18%

LOCAIS DE COMPRA

Local	%
Lojas online	31%
Shoppings centers	23%
Shoppings populares	12%
Lojas de departamentos	8%

Em média, o consumidor brasileiro deve desembolsar **R$ 238** com os presentes

FONTE SPC Brasil, CNDL — INFOGRAFFO

Geral Pág.06

MP apura novo caso de desvio na compra de cestas básicas no RS

A Operação Cesta Básica deflagrada ontem, 7, pelo MP-RS investiga mais um caso de desvios de recursos públicos na compra de cestas básicas para atingidos pela catástrofe ambiental do RS, desta vez no município de Cachoeirinha. Há indícios da ocorrência de sobrepreço e superfaturamento.

Leis e Projetos Pág.02

Programa nacional é proposto para combater o excesso de agrotóxicos na agricultura

Acesse o nosso site: diariodenoticias.com.br

SAÚDE

Ansiedade entre crianças e jovens: entenda o que pode estar por trás

https://shre.ink/DOv9

Esportes Pág.08

Eslovênia invicta derruba Brasil: Seleção masculina de vôlei surpreende e conquista vitória na Liga das Nações

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.412,00
IPCA (IBGE) - mês	0,38%
IGP-M (FGV) - mês	0,89%
IPC (FIPE) - mês	0,09%
TR pré	0,1133%
Taxa básica financeira - TBF	0,7941%
Ibovespa (pontos)	120.767
Poupança (mês)	0,60%
CDB pré 30 dias - ano	10,09%
CDB pré 90 dias - ano	10,12%
CDI acumulado - mês	0,16%
CDI anualizado	10,40%
Dólar comercial	R$ 5,3240/R$ 5,3240
Dolar turismo	R$ 5,3250/R$ 5,5050
Euro turismo	R$ 5,7500/R$ 5,7500

LEIS & PROJETOS

EDIÇÃO NACIONAL

Finanças e Tributação aprova projeto que garante aposentadoria rural para mulheres do campo identificadas como donas de casa

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou um projeto que estabelece que a qualificação da mulher do campo como "do lar", "dona de casa", "doméstica" ou outras similares, em documentos apresentados à Previdência, não impedirá o reconhecimento de sua qualidade de segurada especial na condição de trabalhadora rural, rurícola, lavradora ou agricultora (PL 2047/23).

O objetivo dessa proposta, de autoria da deputada Marussa Boldrin (MDB-GO), é evitar interpretações equivocadas da legislação que prejudicam mulheres que trabalharam por toda a vida no campo e, ainda assim, não obtêm o direito à aposentadoria. Muitas vezes, essas mulheres enfrentam obstáculos quando documentos indicam que elas teriam trabalhado em atividades domésticas em vez de atividades rurais.

A relatora do projeto, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), apresentou parecer pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública. Ela explicou que o projeto trata de uma questão normativa essencial e não terá repercussão imediata direta ou indireta na receita ou despesa da União. A análise sobre a adequação financeira ou orçamentária caberá ao Poder Executivo.

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova PL que cria sistema para monitorar atos extremistas violentos como em escolas

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 1.477/23, de autoria do deputado Alberto Fraga (PL-DF), que institui o Subsistema de Monitoramento e Alerta Contra Atos Extremistas Violentos dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). O projeto acrescenta o SISBIN ao artigo 1º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, com a finalidade de promover a integração entre órgãos públicos relacionados à temática, a difusão de dados e conhecimentos, alertas públicos ou restritos e a criação de estratégia nacional e iniciativas relativas à prevenção e ao enfrentamento de atos extremistas violentos.

O texto estabelecerá quais serão os órgãos componentes da ação e como será realizada a integração entre eles, além de definir a participação dos Estados, cidades e Distrito Federal. O projeto tem como foco escolas e templos religiosos.

O PL foi motivado pelo atentado ocorrido na Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo, em que um aluno de 13 anos esfaqueou uma professora de Ciências de 71 anos, Elisabeth Tenreiro, durante uma aula em abril de 2023. O objetivo do projeto é criar uma estrutura que consiga antecipar atos extremistas, inclusive com colaboração cidadã, como poderia ter ocorrido no caso citado, em que as intenções violentas do autor ficaram evidentes por meio do seu comportamento e manifestações em redes sociais. O PL também destaca a importância da intervenção psiquiátrica, psicológica ou social para evitar tragédias semelhantes.

Proposta aprovada favorece produção de energia entre agricultores familiares e microempreendedores

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que favorece a produção de energia elétrica por meio da geração distribuída (GD) para agricultores familiares e microempreendedores individuais (MEI). A geração distribuída refere-se à energia elétrica gerada no local de consumo ou próximo a ele, sendo válida para diversas fontes de energia renováveis, como a energia solar, eólica e hídrica.

O Projeto de Lei 1228/23 obriga as empresas de distribuição de energia elétrica a adquirirem os créditos de energia provenientes da geração distribuída de unidades enquadradas como agricultura familiar e MEI que financiarem os equipamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além disso, o projeto cria uma linha de crédito do BNDES para financiar a geração distribuída, buscando viabilizar a compra de equipamentos por pequenos agricultores e empreendedores.

O relator do projeto, deputado Helder Salomão (PT-ES), afirmou que essa proposta assegura uma fonte firme de financiamento para as unidades de geração distribuída implantadas por empreendedores menores do campo e da cidade, tornando-se um vetor de redistribuição de renda e inclusão. Além disso, contribui para o meio ambiente ao valorizar a geração de energia limpa no país.

O projeto seguirá agora para análise nas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Minas e Energia; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Comissão aprova projeto que proíbe cobrança de tarifa bancária de instituições públicas de ensino

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 9055/17, que isenta instituições públicas de ensino da cobrança de tarifas bancárias por quaisquer entidades sob supervisão do Banco Central. Essa medida visa beneficiar creches, escolas e universidades públicas, aliviando os custos financeiros dessas instituições.

O projeto, proposto pelo deputado Bohn Gass (PT-RS), proíbe a cobrança de tarifas pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil quando prestarem serviços em favor das instituições públicas de ensino1. A relatora do projeto, deputada Juliana Cardoso (PT-SP), destacou sua relevância social e objetividade.

Debatedores defendem implantação de programa nacional para reduzir uso de agrotóxicos

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Debatedores criticaram legislação sobre agrotóxicos.

Durante um seminário realizado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, debatedores defenderam medidas imediatas para a redução do uso de agrotóxicos. O evento contou com a presença de representantes de ministérios e entidades ligadas à agricultura.

Na opinião do coordenador-geral de Transição Agroecológica do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Cássio Murilo Trovatto, a Política Nacional de Agroecologia, que já existe há um ano, e a implantação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), seriam respostas efetivas à Lei dos Agrotóxicos. Ele afirmou que o Pronara pode ser o instrumento para reconduzir o debate em torno da agenda do agrotóxico e refazer os caminhos para que seja possível levar uma vida mais saudável e promover o bem-estar dos agricultores e agricultoras.

A Lei 14.785/23 estabeleceu o Ministério da Agricultura como coordenador da liberação dos chamados defensivos agrícolas, reduzindo o papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apenas para assuntos técnicos.

O representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário também defende medidas restritivas ao registro de agrotóxicos banidos no exterior, que podem provocar doenças crônicas. Além disso, ele ressalta a importância do reforço do papel regulatório dos órgãos da Saúde e Meio Ambiente.

Intoxicação - A coordenadora-geral de Vigilância e Saúde Ambiental do Ministério da Saúde, Eliane Ignotti, destacou que nos últimos dez anos ocorreram 124 mil atendimentos de pessoas intoxicadas com agrotóxicos. Muitos desses casos estão relacionados ao trabalho, enquanto outros são acidentais. Além disso, houve casos de suicídio devido ao fácil acesso a essas substâncias em ambiente familiar.

No entanto, ela ressalta que esse número é apenas a "ponta do iceberg" e não reflete completamente o que realmente ocorre ou as consequências à saúde decorrentes dessa exposição. A exposição a agrotóxicos pode ter impactos significativos na saúde humana, incluindo:

• Câncer: Vários tipos de câncer, como linfoma não-Hodgkin, mieloma múltiplo, câncer de ovário, mama, cérebro e próstata, têm sido associados à exposição a pesticidas.

• Doenças neurológicas: Distúrbios como Parkinson e Alzheimer também têm sido relacionados à exposição a essas substâncias.

• Doenças cardiovasculares: A exposição a agrotóxicos pode afetar o sistema cardiovascular.

• Desenvolvimento infantil: Efeitos adversos no desenvolvimento de crianças também são uma preocupação.

• Infertilidade e problemas reprodutivos: A exposição a pesticidas pode afetar a capacidade reprodutiva tanto em homens quanto em mulheres.

• Impairment cognitivo: Pode haver impacto na função cognitiva. Problemas respiratórios: Alguns pesticidas podem afetar a saúde respiratória.

É importante considerar a vigilância em saúde das populações expostas a agrotóxicos e promover um entendimento mais amplo das áreas de risco e uma interlocução eficaz com as comunidades afetadas para mitigar esses riscos.

Viação e Transportes aprova isenção de IPI para caminhoneiros autônomos na compra de pneus novos

(Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados)

Zé Trovão, relator da proposta.

A proposta aprovada pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados é uma medida importante para beneficiar os Transportadores Autônomos de Cargas (TAC) que atuam no transporte rodoviário de mercadorias. A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de pneus novos para caminhões com até três carretas pode representar uma economia significativa para esses profissionais.

Atualmente, o preço de um pneu novo para caminhão no mercado varia de R$ 2 mil a R$ 4 mil, e a alíquota do IPI sobre pneus novos é de 1,3%. Com essa isenção, um veículo de carga com cavalo mecânico e semirreboque, tendo vinte e dois pneus, poderia economizar em torno de R$ 730. Essa quantia é relevante para um autônomo que enfrenta os desafios do setor de transporte.

O relator, deputado Zé Trovão (PL-SC), concordou com a ideia inicial de conceder a isenção, mas propôs alterações no texto para especificar quem serão os beneficiários e os veículos que poderão receber os pneus com o benefício tributário. Além disso, ele destacou que caberá à Comissão de Finanças e Tributação analisar a renúncia fiscal decorrente dessa medida, bem como as fontes de receita compensatórias.

A proposta ainda passará por análise das comissões de Finanças e Tributação e de Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Comissão aprova apoio estatal a instituições de longa permanência de idosos carentes

(Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados)

Pedro Aihara, relator da proposta.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar 26/24, de autoria do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ). Esse projeto assegura o apoio do poder público a instituições de longa permanência para idosos carentes. O apoio será fornecido por meio de dotações orçamentárias da Seguridade Social e beneficiará idosos com renda mensal familiar de até um quarto do salário mínimo por pessoa, desconsiderando o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) nesse cálculo.

Atualmente, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/03) já contempla a proteção ao idoso e sua atenção integral mediante o acesso a instituições de longa permanência. No entanto, o texto não define critérios para a caracterização da carência, diferentemente do que faz em relação ao direito ao Benefício de Prestação Continuada.

O relator do projeto, deputado Pedro Aihara (PRD-MG), destacou a necessidade de aumentar a participação do Estado no custeio das políticas públicas de acolhimento das pessoas idosas em situação de carência. Ele afirmou que as despesas não podem continuar tão concentradas na participação legal prevista para o contrato de prestação de serviços, correspondente a até 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa idosa acolhida.

A versão atualizada do texto foi adequada à Lei 14.423/22, que alterou a terminologia de "Estatuto do Idoso" para "Estatuto da Pessoa Idosa".

O projeto ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, antes de ser votado pelo Plenário.

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques — Administração
Elaine Fernandes — Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Fim da delação premiada? Entenda os projetos do PT e do PV e saiba qual Lira apoia agora

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), incluiu na pauta da Casa um requerimento de urgência para um projeto de lei que limita as delações, conhecidas formalmente como "acordos de colaboração premiada". Lira esclareceu que a proposta que pode ganhar tração na Casa não é o texto de 2016 do ex-deputado federal Wadih Damous (PT-RJ), hoje titular da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor.

O requerimento de urgência, em verdade, destina-se a uma proposta do deputado federal Luciano Amaral (PV-AL), autor de outro projeto sobre o tema, apresentado em 2023. O texto do conterrâneo de Lira, como já propunha Wadih Damous, veda a delação quando o investigado está preso preventivamente, mas é menos abrangente do que a proposta do petista.

Para o presidente da Casa, um limite às delações premiadas é tema de consenso entre os parlamentares. "Todo mundo defende", disse Lira em entrevista à GloboNews. Por outro lado, segundo Arthur Lira, o projeto de lei de Damous, é "tão ruim que seria rejeitado".

(Foto: Lula Marques/Agência Brasil)

Presidente da Câmara pode pautar para próxima semana um pedido, assinado por líderes partidários, que pode acelerar o andamento da proposta, se aprovado.

O texto de autoria do petista acabou não avançando na Casa. Wadih Damous propôs quatro modificações à lei das organizações criminosas, na qual é regulamentado o dispositivo da colaboração premiada:

- Somente seriam aceitas delações de acusados ou indiciados que estivessem respondendo aos processos em liberdade;

- Nenhuma denúncia poderia estar fundamentada somente em uma delação;

- As menções de um delator a pessoas que ainda não são investigadas deveriam ser mantidas em sigilo;

- A divulgação do conteúdo de uma delação passaria a ser crime.

O projeto de Damous foi rejeitado pela Comissão de Segurança Pública.

Operação Faroeste: STJ põe desembargadora no banco dos réus por propina de R$ 800 mil

(Foto: Reprodução)

Ilona é uma das investigadas na Operação Faroeste – inquérito que mira um esquema de venda de decisões judiciais relacionadas, sobretudo, a disputas fundiárias na Bahia.

A desembargadora Ilona Márcia Reis, afastada do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), vai responder a um processo por associação criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ilona é uma das investigadas na Operação Faroeste - inquérito que mira um esquema de venda de decisões judiciais relacionadas, sobretudo, a disputas fundiárias na Bahia. A desembargadora é suspeita de ter recebido R$ 800 mil em propina em três processos, todos envolvendo imóveis no oeste baiano.

A investigação apontou que um advogado recebeu rascunhos de decisões e votos da magistrada antes dos julgamentos, o que reforçou as suspeitas de negociações paralelas.

A Polícia Federal fez buscas no gabinete da desembargadora e apreendeu comprovantes de depósitos fracionados.

Relatórios de inteligência financeira também sugerem movimentações bancárias atípicas e transações suspeitas envolvendo laranjas e empresas, segundo o inquérito.

A Corte Especial Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu na quarta-feira, 5, a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a desembargadora e outras duas pessoas.

Além dela, vão responder ao processo o advogado Marcelo Junqueira Ayres Filho, apontado como operador financeiro do esquema, e o ex-servidor do Tribunal de Justiça da Bahia Júlio César Cavalcanti Ferreira, que segundo a denúncia era encarregado de redigir as decisões vendidas. Ele fechou delação premiada e confessou os crimes.

O que o Órgão Especial decidiu nesta semana é se havia indícios mínimos para abrir uma ação penal. O julgamento do mérito só ocorre após a chamada instrução processual - quando são ouvidas testemunhas e produzidas provas complementares.

Os ministros também renovaram o afastamento da magistrada por mais um ano.

Ilona chegou a tentar uma aposentadoria voluntária, mas a iniciativa foi barrada pelo STJ em abril de 2023.

STF volta a adiar julgamento que pode levar Fernando Collor à prisão

Um pedido de vista (mais tempo de análise) do ministro Gilmar Mendes, do STF, adiou mais uma vez o julgamento que pode levar o ex-presidente Fernando Collor à prisão.

Em maio do ano passado, Collor foi condenado a 8 anos e 10 meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em um dos processos da Operação Lava Jato. O julgamento de um último recurso de Collor havia começado em fevereiro, mas foi então interrompido por uma vista de Dias Toffoli.

O recurso de Collor é do tipo embargos de declaração, que em tese não deve reverter a condenação, mas somente esclarecer eventuais obscuridades e contradições da condenação.

É o terceiro recurso do tipo apresentado pela defesa, o que vem adiando o cumprimento da sentença, que somente pode ser executada após o trânsito em julgado, ou seja, quando não há mais possibilidade de recurso.

(Foto: Antônio Cruz/ABr/Divulgação CP)

Pedido de vista foi feito pelo ministro Gilmar Mendes.

Ontem (7), Toffoli apresentou um voto-vista no sentido de diminuir a pena de Collor em seis meses. Para o ministro, isso refletiria a média entre os votos de todos os ministros na ação penal do caso, procedimento que na visão dele seria o mais indicado.

Na sessão em que definiu a pena de Collor, houve consenso em se estabelecer a pena sugerida pelo ministro Alexandre de Moraes, revisor da ação penal. Para Toffoli, contudo, isso constitui "erro material", uma vez que a jurisprudência indica a necessidade de se estabelecer um "voto médio".

Pablo Marçal elogia Nunes, mas descarta aliança e diz ser 'governalista'

Pré-candidato a prefeito de São Paulo, Pablo Marçal (PRTB) mudou de postura, quinta-feira, 6, e elogiou o prefeito Ricardo Nunes (MDB), que é candidato à reeleição. No início da semana, Marçal saiu de uma reunião com Jair Bolsonaro (PL) afirmando que o ex-presidente não apoiaria o emedebista por ele não ser conservador.

Bolsonaro, no entanto, negou, disse que apoiará Nunes e que tem o compromisso para indicar o vice na chapa do prefeito. O favorito do ex-presidente é o ex-coronel da Rota Mello Araújo.

Em sabatina ao canal MyNews, Marçal afirmou que Nunes é "esforçado" e um "cara bom", mas que não tem visão de futuro. "Eu estava assistindo ele falando, gostei do estilo dele. Ele é um cara bom, não acho ele ruim. Só que ele não representa o futuro", declarou sobre o atual prefeito.

Apesar dos elogios, Marçal, que disse que não é coach, e sim investidor e mentor, descartou uma aliança com Nunes, pois disse acreditar que vencerá a eleição no primeiro turno. Na última pesquisa Datafolha, ele aparece numericamente em quinto lugar, com 7%. Guilherme Boulos, com 24%, e Ricardo Nunes, com 23%, lideram a disputa.

"Eu não sou comunista, e pasmem, mesmo tendo um grande grupo empresarial, eu não sou capitalista. Eu sou governalista", disse ele, afirmando que é o criador do termo. "O governalismo é a pessoa cuidar dela".

Tabata provoca Boulos sobre Marta Suplicy: 'sua vice já votou em mim'

A pré-candidata à Prefeitura de São Paulo Tabata Amaral (PSB) disse ao seu concorrente, Guilherme Boulos (PSOL), que a vice dele, Marta Suplicy (PT), votou nela em 2022 para deputada federal. A fala, dita durante uma sabatina na manhã da última sexta-feira, 7, foi uma forma de Tabata expressar sua proximidade com a petista.

"Ela votou em mim para deputada federal na última eleição e eu tenho um carinho muito grande por ela", afirmou a pré-candidata.

Ela também elogiou os CEUs (Centros Educacionais Unificados), marcas da gestão de Marta na Prefeitura, e defendeu a preservação e expansão das escolas. Além disso, contou que já disse à própria petista e à deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP), também ex-prefeita da capital paulista, que se sente honrada em disputar o cargo já ocupado pelas duas.

A aproximação é uma tentativa de se vincular à figura de Marta, tida como a melhor prefeita de São Paulo nos últimos 40 anos, segundo o Datafolha. A petista, que geriu o município de 2001 a 2005, teve 16% das menções de melhor prefeitura, conforme a pesquisa.

Na disputa atual, Tabata ocupa o terceiro lugar na última pesquisa de intenção de votos do Datafolha, com 8%. É um empate técnico com José Luiz Datena (PSDB), 8%, e com Pablo Marçal (PRTB), 7%.

As duas primeiras posições são de Boulos, com 24%, e o atual prefeito da cidade de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que concorre à reeleição com 23%.

Nikolas ataca com fala transfóbica Erika Hilton, que havia criticado parlamentar bolsonarista

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) fez comentário considerado transfóbico na Câmara dos Deputados sobre a colega parlamentar Erika Hilton (PSOL-SP). O caso ocorreu durante a sessão conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a do Trabalho para ouvir a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, na última quarta-feira, 5.

Érika discutia com a deputada Júlia Zanatta (PL-SC), dizendo que a colega seria "feia", "ultrapassada" e que precisava "hidratar o cabelo". "Vai se cuidar, pelo amor de Deus", completou Érika. Nesse momento, Nikolas, que estava sentado na mesma fileira de Érika e estava acompanhado de um homem que filmava a cena, saiu em defesa da colega bolsonarista e disparou: "Pelo menos ela é ela". As falas foram ditas fora do microfone, mas o próprio deputado fez questão de gravar a cena e postar o vídeo em suas redes sociais. No X (antigo Twitter), Nikolas legendou a gravação com parte da frase dita por ele.

Diretor-geral da PF diz que corte no orçamento da corporação 'não é aceitável'

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues, criticou na última sexta-feira, 6, o corte no orçamento da corporação e destacou a necessidade de se ter um "financiamento definitivo" para a segurança pública, assim como se tem na saúde e na educação.

"Não é aceitável que nós façamos um planejamento de um ano, projeto de lei, lei orçamentária, tudo aprovado, tudo bonito, (mas) a gente começa a execução e simplesmente acaba os nossos meios para fazer aquilo que a gente planejou, e aí os resultados não vêm", afirmou.

Conforme mostrou o Estadão nesta quinta-feira, 06, a PF foi um dos órgãos atingidos pelo corte de R$ 5,8 bilhões em despesas não obrigatórias no Orçamento neste ano. De acordo com a corporação, o bloqueio poderá impactar a realização de investigações e operações, a segurança das reuniões do G20, as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras, emissão de passaportes e mesmo a manutenção de serviços básicos, como o pagamento de aluguéis e o abastecimento de viaturas.

Andrei Rodrigues participou nesta manhã do Seminário Internacional sobre Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia, promovido pelo Iree em parceria com o IDP. A mesa contou com a participação dos ex-diretores da PF Paulo Gustavo Maiurino (2021-2022) e Leandro Daiello (2011-2017).

"Nós já propusemos uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição] para que se tenha uma garantia de um financiamento para a segurança pública. Assim como o descontingenciamento do Funapol [Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal]", disse Rodrigues.

Citado pelo diretor-geral, o Funapol foi instituído em novembro de 1997 e é formado por recursos de taxas de serviços como emissão de passaporte, porte de armas, certificados de formação de vigilantes, inscrição em concurso público e alienação de bens móveis.

"A polícia é superavitária. Se nós deixarmos todas as taxas que arrecadamos, todos os valores arrecadados, para a nossa área de polícia administrativa, os nossos investimentos são cobertos por esse fundo. Só que o nosso fundo é contingenciado. Então, nada está resolvido", afirmou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

EDIÇÃO NACIONAL

GameStop reduz prejuízo para US$ 32,3 milhões no 1º trimestre fiscal

A GameStop, cuja "ação meme" virou alvo de forte especulação nas últimas semanas, teve prejuízo de US$ 32,3 milhões (ou US$ 0,11 por ação) em seu primeiro trimestre fiscal, encerrado em 4 de maio, segundo balanço divulgado ontem, 7. Em igual período do ano passado, a varejista de videogames norte-americana havia sofrido prejuízo maior, de US$ 50,5 milhões (ou US$ 0,17 por ação).

Já as vendas da empresa caíram para US$ 881,8 milhões no trimestre, ante US$ 1,24 bilhão um ano antes. A GameStop também informou que ampliou o volume de ações vendidas em 17 de maio, de 45 milhões para 75 milhões.

No começo da manhã, a ação da GameStop chegou a tombar 14% no pré-mercado de Nova York. Ainda mais cedo, o papel chegou a saltar cerca de 30%, após Keith Gill, que enriqueceu durante a primeira onda de ações meme deflagrada pela GameStop em 2021, compartilhar no fim da tarde de quinta-feira, 6, uma nova atualização de portfólio em sua conta do Reddit, sugerindo que não alterou as posições informadas no começo da semana.

Anfavea diz que 12 mil unidades deixaram de ser produzidas em maio por enchentes no RS

As enchentes no Rio Grande do Sul fizeram com que cerca de 12 mil unidades de veículos deixassem de ser produzidas no mês de maio, calcula a Anfavea, associação que representa as montadoras. Os números foram apresentados ontem, 7, pelo presidente da entidade, Márcio de Lima Leite, durante coletiva sobre o desempenho do setor em maio.

No total, a produção de veículos recuou 24,9% no mês passado, passando de 222,1 mil unidades em abril para 166,7 mil em maio.

Além do efeito do Rio Grande do Sul, Leite destacou que as paralisações de algumas montadoras, somada a operação-padrão dos servidores do Ibama, ajudaram a puxar para baixo a produção no mês em cerca de 28 mil unidades.

Emplacamentos - Na passagem de abril para maio, o número de emplacamentos de veículos diminuiu de 220,8 mil unidades para 194,3 mil. Do total dessa redução, as enchentes no Rio Grande do Sul no período do responderam por cerca de 6,5 mil unidades a menos emplacadas, nos cálculos da Anfavea.

Na coletiva, Leite destacou que, devido a sazonalidade, o mês de maio já é tradicionalmente mais fraco do que abril no emplacamento de veículos. "Se fosse só pela sazonalidade, a diminuição dos emplacamentos era para ser de cerca de 14 mil unidades", detalhou.

Alckmin: força do comércio Brasil-China vai gerar empregos e renda

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em conversa com a imprensa brasileira na madrugada de ontem (7) em Pequim, comemorou a força da parceria comercial entre o Brasil e a China pelo crescimento de 17 vezes dessa corrente ao longo dos últimos vinte anos, passando de US$ 9 bilhões para os atuais US$ 157 bilhões. De acordo com o ministro, as cifras significam, na prática, a geração de novos empregos e melhoria da renda dos brasileiros.

Ao fazer um balanço da VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação (Cosban), lançada no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Alckmin destacou o investimento recíproco entre os dois países. A China compra diversos produtos brasileiros, como soja, minério de ferro, petróleo, carnes, açucares. Ao mesmo tempo, empresas como Embraer, Vale, Suzano, Marcopolo, entre outras, são multinacionais brasileiras no país asiático, enquanto empresas automobilísticas como a BYD e a GWM desembarcam no Brasil com o propósito de aumentar a relação.

Han Zheng, vice-presidente chinês, presidiu a Cosban deste ano e em 2026 será a vez do vice brasileiro dirigir os trabalhos da VIII sessão que será no Brasil. Como resultado do encontro, Alckmin citou algumas novidades, como a abertura do mercado asiático para noz-pecã brasileira - o Rio Grande do Sul é um grande produtor.

Fretes rodoviários se mantêm estáveis no 1º trimestre, aponta plataforma

Levantamento da plataforma Frete.com mostra que o número de fretes rodoviários no País apresentou estabilidade no primeiro trimestre de 2024, com discreto aumento de 0,5% em relação a igual período de 2023, para 2,1 milhões de viagens.

A Frete.com é a maior plataforma online de transporte de cargas da América do Sul e cobre 99% do território nacional.

A construção civil se destacou com um crescimento de 12,3%, na mesma base de comparação. Os fretes de cimento, com um aumento de 28,7%, ajudaram na movimentação do segmento. Os produtos industrializados também tiveram destaque, com um aumento de 4%. Os Estados de onde saíram mais cargas foram Santa Catarina e São Paulo.

Por outro lado, o agronegócio, que representa 35% dos produtos da plataforma, teve uma queda de 12,6% por causa dos problemas climáticos. Dentro deste cenário, o único produto que se destacou foi a soja, com um crescimento de 14,4%. Na análise por regiões, o Sudeste foi o único local com aumento (9,1%), puxado pela movimentação de fretes da construção civil. Sul (-8,7%), Nordeste (-4,1%) e Centro-Oeste (-1,9%) tiveram queda, influenciados pelo agronegócio.

Campos Neto reforça avaliação de que Brasil registra convergência da inflação

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reforçou ontem, 7, sua avaliação de que o Brasil registra uma convergência nos dados de inflação, com o último número do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) vindo melhor que o esperado, inclusive de forma qualitativa.

"Último número veio melhor que o esperado, qualitativamente melhor que o esperado, porque estávamos olhando muito a parte que tem efeito de salário, serviços, parte mais intensiva em mão de obra dentro do que é serviços, parece uma correlaçãozinha na ponta, mas o fato é que não temos visto ainda essa correlação aparecer nos números de inflação, e o último número veio até melhor nesse sentido. Estamos olhando a inflação presente, vindo em linha com a convergência esperada", disse.

(Foto: EBC)

Campos Neto voltou a mencionar a mão de obra mais apertada e o último dado de desemprego no País.

Nos riscos para o futuro, Campos Neto voltou a mencionar a mão de obra mais apertada e o último dado de desemprego no País, apesar de apontar que, em alguns lugares, estudos têm mostrando que a mão de obra apertada não tem influenciado no preço de serviços. "Tem um estudo interessante nos EUA sobre isso", comentou o presidente do BC, participante de evento da Monte Bravo Corretora, em São Paulo.

Na parte de alimentos, o banqueiro central observou que o mercado tem revisado um pouco para cima o segmento de alimentos na inflação, citando os efeitos da tragédia climática no Rio Grande do Sul.

"E um tema que aparece mais recentemente foi alimentos, não só por Rio Grande do Sul, mas principalmente, que é qual é o efeito e o que pode acontecer, em termos de solo prejudicado. E temos visto com vocês de mercado que vocês têm revisado um pouco a parte de alimentos dentro da inflação para 2024.

Brasil exporta 240.622 t de carne bovina em maio e tem 2º mês seguido de recorde

(Foto: EBC)

O Brasil exportou 240.622 toneladas de carne bovina em maio, segundo mês consecutivo de recorde, movimentando receita cambial de US$ 1,056 bilhão. Comparado ao mês anterior, o volume embarcado aumentou 1,4% e o faturamento cresceu 1,2%, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), que compila e analisa as informações oficiais do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Segundo comunicado a Abiec, os destaques do período incluem as exportações para os Estados Unidos, que cresceram 64,6%, atingindo 13.186 toneladas, puxadas pelo aumento dos embarques de carne in natura, que mais que dobraram entre abril e maio. O faturamento com as exportações para o mercado norte-americano foi de US$ 83,4 milhões, um crescimento de 52,1%, em comparação ao mês anterior.

A China continua como principal destino da carne brasileira, respondendo por 98.243 toneladas em maio, volume um pouco menor que o mês anterior, quando o país exportou 101.365 toneladas, mas mantendo a média cerca de 100 mil toneladas mensais. O preço médio para este mercado segue praticamente estável em US$ 4 451/tonelada.

Os embarques para o Chile também cresceram em maio. Foram embarcadas 10.414 toneladas, 21,9% a mais que em abril. O faturamento atingiu US$ 50,8 milhões, 23,7% maior que o do mês anterior.

Mesmo que discreto (+7,5% em volume e +3,5% em faturamento), houve aumento nos embarques para União Europeia em maio, alcançando 6.961 toneladas, o que representou um faturamento de US$ 48,8 milhões. O incremento foi observado nos embarques de carne in natura, principal produto exportado para este mercado, com preços médios em torno de US$ 7.520/tonelada.

Na Arábia Saudita o volume de carne bovina importada do Brasil também subiu em maio. Na comparação com abril, o acréscimo foi de 16,7%, chegando a 6.807 toneladas. Já o faturamento aumentou 14,1%, atingindo US$ 33 milhões.

Demitidos da Ansa serão recontratados até 6 de julho, após parecer do TST, diz FUP

Após a decisão da retomada das operações da fábrica de fertilizantes da Petrobras no Paraná, Araucária Nitrogenados (Ansa), em agosto do ano passado, a estatal deverá recontratar os empregados demitidos da unidade até o dia 6 de julho, disse a Federação Única dos Petroleiros (FUP), para evitar o período eleitoral. A recontratação dos cerca de 400 empregados dispensados após o fechamento da fábrica pelo governo Bolsonaro, em 2020, depende, no entanto, de decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), prevista para a próxima semana, segundo a entidade sindical.

A demora da retomada da Ansa foi um dos pontos de atrito entre a FUP e o ex-presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, demitido em meados de maio e substituído por Magda Chambriard, convocada pelo governo para acelerar a produção de fertilizantes pela estatal, entre outros projetos. "A luta e resistência dos trabalhadores do sistema Petrobras foram fundamentais para a construção desse acordo, com o apoio do Ministério Público do Trabalho e sob a mediação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que deverá homologar o entendimento ainda nesta semana. A expectativa é a recontratação dos trabalhadores que foram demitidos até o dia 6 de julho, por conta da legislação eleitoral", disse o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar. Ele observou que, sob o comando de Magda, a Petrobras encontrou o caminho de consenso para a efetiva retomada do parque de fertilizantes brasileiro."

A Ansa é a primeira de outras que virão: as Fafens Bahia, Sergipe e Mato Grosso do Sul", assegurou o sindicalista. Segundo Bacelar, a decisão é importante para o cumprimento do plano de governo que a FUP ajudou a construir visando a retomada do segmento de fertilizantes da Petrobras. A previsão da estatal é de que a Ansa volte a operar no segundo semestre de 2025. Com a paralisação da fábrica de Araucária, em 2020, mais de mil empregados perderam seus postos de trabalho, sendo cerca de 400 empregados diretos e 600 indiretos.

A fábrica, que operava desde 1982, entrou no plano de desinvestimento da Petrobras em 2019, no governo Bolsonaro.

Braga: MP da compensação do PIS/Cofins causou muita preocupação e pressão de empresários

O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), disse, quinta-feira, 6, que a medida provisória que limita a compensação de créditos de PIS/Cofins de forma geral e de créditos presumidos de PIS/Cofins não ressarcíveis levou a uma série de reclamações do setor produtivo para os congressistas.

"Nas últimas 48 horas nós fomos procurados por diversos setores da economia muito preocupados com a edição da medida provisória. As preocupações são de toda ordem em relação à questão de créditos presumidos", disse o líder do MDB, em entrevista a jornalistas em seu gabinete nesta quinta.

Pela MP, o governo limitou a compensação de créditos de PIS/Cofins de forma geral e de créditos presumidos de PIS/Cofins não ressarcíveis. Segundo a Receita Federal, o custo da desoneração em 2024 é de R$ 26,3 bilhões.

Braga relatou que o assunto foi discutido na reunião de líderes desta quinta. Segundo ele, os parlamentares relataram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), essas cobranças por parte de empresários. Não houve, porém, uma demanda para que a medida provisória seja devolvida, por exemplo. "Hoje na reunião de líderes com o presidente, o que a gente combinou, é que o Senado precisava imediatamente acionar a sua consultoria para que nós pudéssemos ter profundidade na análise da medida provisória", afirmou. O líder do União Brasil, Efraim Filho (PB), já havia anunciado, mais cedo nesta quinta, que a consultoria do Senado faria um parecer sobre o assunto.

Braga reclamou, ainda, da publicação da MP em meio às discussões sobre o projeto de lei do Mover - e a taxação de importações de até US$ 50. "Nós somos seres humanos. Nós estávamos dedicados até ontem a noite a solucionar o problema do Mover. Enquanto nós estávamos debruçados sobre o problema do Mover, foi editada uma medida provisória que tomamos conhecimento na sua publicação. A partir de hoje nós estamos dedicados a analisar, aprofundar e compreender tecnicamente o que foi apresentado", afirmou o senador. Questionado se seria um problema não haver nenhum tipo de interlocução do governo com o Congresso antes do envio da MP, Braga limitou-se a repetir que os líderes partidários não foram comunicados sobre o conteúdo da proposta, indicando contrariedade com essa decisão do Ministério da Fazenda.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

EDIÇÃO NACIONAL

Ataque de Israel mata dezenas em escola da ONU usada como abrigo

Um ataque aéreo israelense na região central da Faixa de Gaza, na madrugada de quinta-feira, 6, matou 37 pessoas em um complexo escolar da ONU convertido em abrigo para refugiados internos, segundo fontes médicas locais. O Exército de Israel alegou que o alvo do ataque eram membros do grupo terrorista Hamas, incluindo alguns que teriam participado dos ataques de 7 de outubro.

Enquanto o governo israelense alega que estava combatendo uma insurgência renovada do grupo terrorista, oficiais palestinos disseram ontem que as vítimas do ataque eram civis. Muitos dos mortos e feridos foram levados para o Hospital dos Mártires de Al-Aqsa, em Deir al-Balah, uma cidade próxima do local do ataque, em Nuseirat.

O hospital estava tão lotado de feridos e corpos que os médicos encontravam dificuldade para se locomover pelos corredores caóticos, segundo relato do New York Times.

O Ministério da Saúde de Gaza, controlado pelo Hamas, disse que entre os mortos havia ao menos 14 crianças e 9 mulheres.

O tenente-coronel Peter Lerner, um porta-voz militar israelense, disse que não estava ciente de "qualquer baixa civil" como resultado do ataque. O porta-voz chefe do Exército, contra-almirante Daniel Hagari, afirmou que as forças israelenses rastrearam militantes usando salas de aula no complexo como uma base por três dias antes de abrir fogo. Segundo ele, nove combatentes estavam entre os mortos. O diretor da agência da ONU para refugiados da Palestina (UNRWA, na sua sigla em inglês), Philippe Lazzarini, afirmou que as forças israelenses bombardearam a escola "sem aviso prévio". Segundo ele, o local abrigava 6 mil refugiados internos.

Pelo menos uma bomba usada no ataque israelense parecia ter sido fabricada nos EUA, segundo um especialista em armamentos e vídeos analisados pelo Times. De acordo com o jornal, restos de uma GBU-39 estavam visíveis em um vídeo verificado - uma bomba projetada e fabricada pela Boeing.

(Foto: EBC)

O diretor da agência da ONU para refugiados da Palestina (UNRWA, na sua sigla em inglês), Philippe Lazzarini, afirmou que as forças israelenses bombardearam a escola "sem aviso prévio". Segundo ele, o local abrigava 6 mil refugiados internos.

Líderes vinculam luta pela Ucrânia ao esforço aliado no dia d, há 80 anos

O presidente dos EUA, Joe Biden, celebrou o 80.º aniversário do Dia D nas praias da Normandia, nesta quinta-feira, 6, afirmando que o esforço aliado para enfrentar a invasão da Ucrânia pela Rússia é uma extensão direta da batalha pela liberdade que ocorreu na Europa durante a 2.ª Guerra.

O presidente da França, Emmanuel Macron, por sua vez, elogiou o líder da Ucrânia, Volodmir Zelenski, presente na cerimônia entre outros 25 chefes de Estado e de governo, ao homenagear os que "lutaram pela liberdade".

Ele anunciou que a França fornecerá à Ucrânia suas aeronaves de combate Mirage. Discursando para 180 veteranos da operação na Normandia e milhares de convidados, Biden disse que o mundo deve derrotar outro tirano "empenhado em dominar" e defender a Ucrânia contra ele, assim como esses heróis combateram o inimigo oito décadas atrás.

"O isolamento não era a resposta há 80 anos e não é a resposta hoje", disse Biden, com veteranos centenários da 2.ª Guerra sentados em cadeiras de rodas atrás dele.

"Conhecemos as forças obscuras contra as quais esses heróis lutaram. Elas nunca desaparecem. Agressão e ganância, desejo de dominar e controlar e de mudar fronteiras pela força são perenes. A luta entre ditadura e liberdade é interminável."

França enviará caças Mirage para Ucrânia e irá treinar pilotos de Zelenski, diz Mácron

O presidente francês Emmanuel Macron anunciou, quinta-feira, 6, que a França irá fornecer para a Ucrânia caças Mirage, para ajudar a defesa do país contra a ofensiva russa. O anúncio foi feito no dia em que o presidente ucraniano Volodmir Zelenski visitou a França, junto de outros líderes globais, para comemorar o Dia D.

A visita de Zelenski à França também teve como objetivo buscar mais ajuda do Ocidente em um momento em que as tropas ucranianas lutam para evitar um ataque russo perto da cidade de Kharkiv, na guerra que se tornou o maior conflito da Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

Macron disse à emissora de TV pública francesa que anunciará na sexta-feira, 7, uma nova cooperação com a Ucrânia e a venda de aviões de combate de fabricação francesa, o Mirage 2005, que "permitirá à Ucrânia proteger o seu solo, o seu espaço aéreo" contra ataques russos. Não ficou claro quantas aeronaves serão enviadas.

A França também começara a treinar pilotos ucranianos, de acordo com Macron, que reiterou que a Ucrânia deveria ser autorizada a usar armamentos fornecidos pelos seus aliados do Ocidente para atacar os alvos militares da Rússia e "neutralizar os pontos a partir dos quais (o país) está sendo atacado".

Steve Bannon, ex-estrategista de Trump deve ser preso até 1º de julho

(Foto: EBC)

Bannon foi condenado em outubro de 2022, mas o juiz Carl Nichols, responsável por supervisionar o caso, permitiu que ele permanecesse livre enquanto apelava. Agora, Nichols atendeu a um pedido do Departamento de Justiça para que Bannon comece a cumprir a pena.

Steve Bannon, ex-estrategista de Donald Trump, deve se entregar até o dia 1º de julho para começar a cumprir uma pena de prisão de quatro meses, ordenou um juiz federal nesta quinta-feira, 6. Bannon desobedeceu uma intimação para testemunhar perante o comitê da Câmara que investigou o ataque de 6 de janeiro de 2021 ao Capitólio dos Estados Unidos.

Bannon foi condenado em outubro de 2022, mas o juiz Carl Nichols, responsável por supervisionar o caso, permitiu que ele permanecesse livre enquanto apelava. Agora, Nichols atendeu a um pedido do Departamento de Justiça para que Bannon comece a cumprir a pena, após um painel de três juízes de um tribunal de apelações federal ter mantido sua condenação no mês passado.

Esse não é o primeiro caso polêmico envolvendo Bannon, que também foi acusado de fraudar doações para a construção de um muro na fronteira dos EUA com o México, uma das promessas de Trump em 2016. Em suas últimas horas no cargo de presidente em 2021, Trump concedeu a Bannon um perdão em um caso federal separado que se concentrou em acusações semelhantes.

Em 2020, o Facebook removeu uma rede de páginas ligadas a Steve Bannon. Os perfis trabalhavam para espalhar informações falsas sobre a eleição presidencial americana.

No México, Claudia Sheinbaum propõe diálogo para eventual reforma na Constituição

Presidente eleita do México, Claudia Sheinbaum se pronunciou na noite desta quinta-feira, 6, sobre uma potencial reforma na Constituição do país, almejada pelo atual líder, seu aliado Andrés Manuel López Obrador.

O tema "ainda não está definido", segundo ela. "Minha posição é que é preciso abrir um diálogo", comentou a repórteres, em conversa registrada pela imprensa local.

Sheinbaum disse que seria preciso "abrir um diálogo, avaliar a proposta", e "em seu momento aprovar-se". Ela afirmou que é preciso explicar bem à população em que consistiriam as mudanças, mas acrescentou que "ninguém será afetado". Segundo ela, é preciso haver um processo aberto para se conhecer bem a reforma, em um modelo conhecido no país como Parlamento Aberto, no qual o Legislativo mexicano atua para reforçar a transparência de seus debates e decisões.

A presidente eleita também mencionou que provavelmente na segunda-feira (10) deve se reunir com López Obrador.

O presidente atual propôs as reformas constitucionais em fevereiro, mas elas não foram aprovadas, e após o resultado forte de seu partido, Morena, dirigentes da sigla disseram que pretendem fazer nova investida no tema, o que desagradou investidores.

Governo do Sudão acusa grupo paramilitar de matar mais de 150 pessoas

Mais de 150 pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas após as Forças Paramilitares de Apoio Rápido (RSF, em inglês) atacarem uma vila na província de Gezira, no Sudão, na última quarta-feira, 05. As informações foram confirmadas por autoridades locais. Mulheres, crianças e idosos estão entre as vítimas dos ataques da RSF na vila de Wad al-Noura, em Gezira, declarou o governador da província de Darfur, Mini Arko Minawi, em uma rede social.

De acordo com comunicado da diretora executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Catherina Russell, pelo menos 35 crianças foram mortas e outras 20 ficaram feridas durante os ataques.

"Este é mais um lembrete sombrio de como as crianças do Sudão estão pagando o preço da violência brutal. Durante o ano passado, milhares de crianças foram mortas e feridas. Outras foram recrutadas, raptadas e sujeitas a violações e outras formas de violência sexual. Mais de cinco milhões de crianças foram forçadas a abandonar as suas casas", disse Catherina.

Um coletivo local formado para proteger os moradores de Wad Madani, capital de Gezira, afirmou na noite de quarta nas redes sociais que a força paramilitar usou artilharia pesada para cercar e atacar a região.

O Comitê de Resistência de Madani, que já foi ameaçado e atacado pela RSF, acusou os paramilitares de saquear a vila da região em meio aos ataques, que teriam começado na manhã da quarta. O coletivo alega que os moradores, incluindo mulheres e crianças, tiveram que se deslocar para outras partes do distrito de al-Managil. O grupo paramilitar afirmou que, em dezembro, tomou o controle de Wad Madani. A cidade fica a cerca de 100 quilômetros a sudeste de Cartum, capital do Sudão, onde milhares de pessoas se refugiaram durante o conflito.

Em uma declaração por meio do seu canal no Telegram, o governo de transição sudanês condenou os ataques e pediu à comunidade internacional que responsabilize a RSF.

(Foto: Divulgação)

Na Índia, Modi é eleito líder da coalizão governista e assumirá 3º mandato como premiê

O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, foi formalmente eleito na última sexta-feira, 7, como líder da coalizão Aliança Democrática Nacional (NDA, nas sigla em inglês), que conquistou o maior número de assentos nas eleições nacionais do país, depois que seu partido político não conseguiu obter a maioria sozinho.

O líder de 73 anos, que tomará posse a um raro terceiro mandato como premiê no domingo, 9, formará agora um governo de coalizão.

O partido BJP, de tendência nacionalista hindu, governou a Índia como parte da coalizão NDA ao longo da última década, mas esta é a primeira vez sob a liderança de Modi que o partido precisa do apoio dos seus aliados regionais para formar um governo. Os resultados completos das eleições de seis semanas na Índia, que começaram em meados de abril, foram divulgados na quarta-feira, 5. O BJP conquistou 240 assentos, bem abaixo da marca de 272 necessária para a maioria, numa reviravolta surpreendente. Juntos, os partidos da coalizão NDA conquistaram 293 assentos na câmara baixa do parlamento, que tem 543 membros.

Antes de Modi ser formalmente eleito como líder da NDA, a mídia local informou que os dois principais aliados regionais do governo de coalizão - o Partido Telugu Desam no sul do Estado de Andhra Pradesh e Janata Dal (United) no leste do Estado de Bihar - estavam de olho cargos em ministérios importantes, alguns dos quais o BJP ocupou até agora. Fonte: Associated Press.

MPRS apura desvios na compra de cestas básicas para vítimas no RS

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) deflagrou ontem (7) a Operação Cesta Básica, que apura desvios de recursos públicos na aquisição de cestas básicas para os atingidos pelas enchentes no município de Cachoeirinha (RS).

Segundo as investigações, há indícios da ocorrência de sobrepreço e superfaturamento na aquisição dos itens que compõem a cesta básica. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão na prefeitura. São investigados agentes públicos e fornecedores envolvidos nas contratações emergenciais. As diligências foram autorizadas pela 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Não é a primeira vez que o Ministério Público investiga desvios relacionados à tragédia climática que atinge o Rio Grande do Sul desde o fim de abril. No fim de maio, foram cumpridos mandados de busca e apreensão na prefeitura de Eldorado do Sul, sob a suspeita de desvios de doações às vítimas das enchentes.

‘Peeling de fenol’: velório de empresário tem presença de parentes, amigos e pets

O velório de Henrique Chagas, de 27 anos, foi marcado pela presença de familiares, amigos e muitos animais de estimação. O empresário era dono de um pet shop e conhecido pelo amor aos animais.

A cerimônia ocorreu na manhã dE quinta-feira, 6, em Pirassununga, no interior de São Paulo.

Chagas era dono de um pet shop na cidade, por isso clientes e amigos levaram seus animais de estimação para a despedida. “Tio Rick”, como era conhecido, também recebeu diversas homenagens em redes sociais.

O empresário morreu no último dia 3, após realizar procedimento estético chamado ‘peeling de fenol’ em uma clínica na capital paulista. O namorado dele disse em depoimento que Chagas queria limpar manchas na pele e vinha pesquisando havia alguns meses sobre a técnica. A influencer Natalia Becker, dona do estabelecimento, prestou depoimento à polícia na quarta-feira, 5, e foi indiciada por homicídio doloso eventual, quando não há a intenção de matar. O procedimento realizado por ela consiste na aplicação de um ácido no rosto. Segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM), trata-se de uma intervenção invasiva e reações imprevisíveis ocorrem com frequência. Por isso, deve ser realizado por médico em ambiente hospitalar com monitoramento cardíaco.

“A polícia entende, neste momento, que foi cometido o crime de homicídio doloso, não pelo fato de a autora ter tido vontade do resultado, mas por ter aceitado o risco de ter produzido a morte”, disse o delegado Eduardo Luiz Ferreira. A defesa de Natalia diz que aguarda o laudo dos exames que determinarão a causa da morte do empresário.

Prefeituras do RS receberão R$ 180 milhões do Judiciário

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, disse ontem (7) que os R$ 180 milhões repassados pelo Judiciário para a Defesa Civil gaúcha serão inteiramente enviados para as prefeituras do estado.

“Tomamos essa decisão de encaminhar para as prefeituras, que são neste momento quem está na linha de frente para dar respostas a suas comunidades”, disse Leite durante cerimônia no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). “O prefeito que tem esse conhecimento na ponta do que mais é necessário”, completou. O governador agradeceu, em nome do povo gaúcho, a iniciativa do Judiciário, que disponibilizou com celeridade os recursos para atender os atingidos pela tragédia climática que castiga o Rio Grande do Sul desde o fim de abril.

Segundo Leite, esses recursos devem ser todos empregados em ações de resposta ao desastre ambiental, em assistência humanitária e iniciativas imediatas para responder os afetados pelas cheias dos rios gaúchos. “Prédios que foram danificados, estruturas que foram comprometidas, estradas que precisam ser refeitas, limpeza urbana”, exemplificou.

Lula diz que irá discutir projeto no RS para levar excesso das águas dos rios ao mar

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o governo federal irá discutir um projeto para levar o excesso das águas dos rios do Rio Grande do Sul para o mar sem atingir as cidades da região gaúcha. Concomitantemente, o chefe do Executivo citou um projeto para fazer casas em locais mais seguros devido às mudanças climáticas.

(Foto: EBC)

“Estamos pensando que vamos discutir o projeto para que a gente leve a água do excesso dos rios diretamente ao mar sem encher nenhuma cidade aqui em Porto Alegre”, afirmou o presidente da República, em coletiva de imprensa quinta-feira, 6.

Lula reconheceu que a ideia pode levantar críticas sobre a quantidade de recursos necessários e até condenação da ideia por ambientalistas. Contudo, ressaltou que a reconstrução custa mais caro.

Outra ideia levantada pelo presidente é sobre a escolha de terrenos para a construção de casas e citou até a compra de terrenos “se for necessário”. “Nós não temos o direito de refazer a casa das pessoas onde a água vai chegar. E qualquer cidadão humano de inteligência média sabe que a várzea é local de escoamento do excesso de água de um rio”, disse.

Lula afirmou que o plano, que ainda tem que ser acertado com prefeitos e chefes estaduais, é fazer “casas mais seguras para as pessoas”. “Para que a gente tenha certeza que pode ter outro problema climático, de cair a Lua em nós, mas que a gente não vai ser mais vítima das enchentes do rio Taquari, do não funcionamento das bombas, dos diques de Porto Alegre”, pontuou.

Segundo o presidente, os lugares atingidos pelas águas poderão ser transformados em bosques e praças. “Mas nunca mais a gente vai colocar as pessoas para morar em lugares que vão correr risco de vida, esse é o nosso compromisso”, emendou o chefe do Executivo.

As declarações ocorreram no período da tarde durante evento de assinatura de atos de medidas do governo federal em assistência do Rio Grande do Sul.

No evento, foram assinados duas Medidas Provisórias: uma que expande o Auxílio Reconstrução no Estado e outra que estabelece novo programa de emprego aos gaúchos.

O presidente disse que não basta o governo anunciar novas medidas ao Estado, mas é preciso “criar condições” para que o dinheiro seja executado.

Segundo Lula, a preocupação do governo federal é evitar que a burocracia “trate esse problema do Rio Grande do Sul como se tivéssemos vivendo um período de normalidade”.

MST invade novamente a sede do Incra em AL em ato contra novo indicado de Lira

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) invadiram novamente a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Maceió (AL), quarta-feira, 05.

O órgão também foi invadido no dia 29 de abril deste ano. Em ambas as datas, o movimento protestava contra a nomeação de Junior Rodrigues do Nascimento como superintendente do Instituto

Nascimento fora indicado para o posto pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Antes, o cargo era ocupado por Wilson César Lira dos Santos, que é primo de Lira e foi exonerado após pressão do MST por mudanças na gestão. “O órgão continua sob domínio de grupos políticos contrários à reforma agrária e, por isso, as demandas referentes a essa pessoa permanecem paralisadas”, afirma o movimento em nota. Eles alegam que a nomeação de um novo comando para o Incra que seja novamente recomendado por Lira, como foi o caso do primo, mantém o bolsonarismo no poder.

Rodrigues assumiu o cargo em 25 de abril e manifestantes afirmam que o tempo de gestão comprova o que reivindicam. “Nada foi feito no sentido de atender demandas antigas no que diz respeito aos assentamentos e acampamentos. Pelo contrário, são colocados entraves para qualquer avanço da reforma agrária no Estado”, sustentam.

LBV mobiliza doações de material escolar para estudantes do Rio Grande do Sul

A Legião da Boa Vontade inicia uma nova etapa de sua campanha *LBV - SOS Calamidades* em prol das famílias do Rio Grande do Sul. Com a retomada das aulas em algumas escolas no Estado gaúcho, agora a LBV está mobilizando doações de material escolar e de livros didáticos infantis para auxiliar as famílias e motivar os estudantes no retorno às aulas. Os *kits* escolares a serem entregues vão conter os seguintes itens:

- Caderno universitário de 1 matéria
- Caderno brochura
- Caderno de desenho
- Lápis preto
- Caneta esferográfica azul
- Canetas hidrográficas coloridas (12 cores)
- Giz de cera pequeno (12 cores)
- Caixa de lápis de cor grande (12 cores)
- Régua plástica 30 cm
- Tubo de cola bastão pequeno
- Apontador com depósito
- Borracha branca pequena
- Estojo

As doações podem ser feitas via Pix Solidário: *e-mail:* ajude@lbv.org.br.

Doações entregues no RS: Até o momento, a LBV já arrecadou e enviou, graças à ajuda de doadores, colaboradores, parceiros, influenciadores, voluntários e da população em geral, **mais de 380 toneladas em doações** para o Estado gaúcho. Os donativos estão sendo entregues diretamente a famílias, em abrigos, escolas e para entidades parceiras.

Acompanhe a entrega das doações: Acesse o *site* **www.lbv.org.br** ou **@lbvbrasil** no Facebook e no Instagram.

Solidariedade: A Legião da Boa Vontade também se solidariza e ora por todas as pessoas e famílias afetadas pelas chuvas e por todo povo do Rio Grande do Sul.

Nikolas ataca com fala transfóbica Erika Hilton, que havia criticado parlamentar bolsonarista

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) fez comentário considerado transfóbico na Câmara dos Deputados sobre a colega parlamentar Erika Hilton (PSOL-SP).

O caso ocorreu durante a sessão conjunta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e a do Trabalho para ouvir a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, na quarta-feira, 5. Érika discutia com a deputada Júlia Zanatta (PL-SC), dizendo que a colega seria “feia”, “ultrapassada” e que precisava “hidratar o cabelo”. “Vai se cuidar, pelo amor de Deus”, completou Érika. Nesse momento, Nikolas, que estava sentado na mesma fileira de Érika e estava acompanhado de um homem que filmava a cena, saiu em defesa da colega bolsonarista e disparou: “Pelo menos ela é ela”.

As falas foram ditas fora do microfone, mas o próprio deputado fez questão de gravar a cena e postar o vídeo em suas redes sociais.

No X (antigo Twitter), Nikolas legendou a gravação com parte da frase dita por ele. Nikolas questionava a ministra sobre “o que é ser mulher” e afirmava que há uma “imposição” na Casa para se referir às mulheres transgênero pelo pronome apropriado.

“Os deputados aqui desta Casa, por exemplo, se chamarem algum deputado trans ou algo do tipo de ‘ele’, é um processo criminal, mas na hora que eu falo isso e digo que há uma imposição, aí ‘não, é tudo uma fantasia da direita, não tem nada a ver isso’”, disse Nikolas.

Narrativa da divisão de votos acabou ganhando um papel muito grande, diz Picchetti, do BC

A narrativa da divisão de votos no Comitê de Política Monetária (Copom) de maio acabou ganhando um papel muito grande, afirmou ontem, 7, o diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central, Paulo Picchetti. “Apesar da divisão de votos, não existia divergência e continua não existindo no diagnóstico dessas questões tanto externas como internas”, disse. “A principal mensagem que gostaríamos de ter passado na ata era de unanimidade em relação ao diagnóstico dos problemas e ao compromisso de atingir o centro da meta no horizonte relevante de 2025.” Picchetti pontuou ainda que o BC está em um processo de aprendizagem, de desenvolvimento institucional diante das mudanças decorrentes do processo de autonomia. O economista salientou que daqui para frente é preciso que o comitê reafirme o compromisso com a convergência da inflação.

“É um desafio enorme, mas que terá que ser perseguido, junto com o desafio do lado fiscal também”, disse o diretor sobre o objetivo de convergir à inflação ao centro da meta.

Picchetti frisou mais de uma vez que o Banco Central não faz política fiscal e somente reage a depender da direção apontada pelos condicionantes. O diretor, porém, afirmou que vê um desafio político enorme nesse campo, mas espera que o governo tenha sucesso em realizar os ajustes necessários.

Ele atrelou a desancoragem das expectativas de inflação de 2025 tanto ao ruído gerado pelo último Copom quanto ao cenário fiscal doméstico e ao cenário externo. O diretor também afirmou que acredita que a publicação do decreto da meta contínua de inflação, aguardado para as próximas semanas, deve contribuir para a credibilidade da política econômica.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Gonet propõe bônus em dinheiro para procuradores em ‘demandas de grande repercussão’

(Foto: EBC)

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgão de fiscalização e administração do MP, estuda criar um adicional, fora do teto remuneratório, para promotores e procuradores que trabalham em cidades afastadas dos grandes centros urbanos ou em unidades com demandas “complexas”.

A proposta de bônus partiu do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que apresentou uma minuta de resolução aos conselheiros na última sessão do colegiado, na semana passada.

O conselheiro Moacyr Rey Filho ficou incumbido de relatar a proposta e ainda vai apresentar a versão final. Até lá, o texto pode sofrer ajustes. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, no mês passado, uma política de incentivo parecida.

Segundo o rascunho apresentado por Gonet, farão jus ao benefício membros do Ministério Público lotados em:

- Cidades com menos de 30 mil habitantes;
- Cidades em zona de fronteira, situadas a até 150 quilômetros em linha reta de divisas internacionais;
- Comarcas ou ofícios a mais de 400 quilômetros da sede do Ministério Público;
- Unidades com “significativa rotatividade”, risco de segurança ou “atribuição em matéria de alta complexidade ou em demandas de grande repercussão”;
- Cidades na região Norte sem acesso rodoviário à sede do Ministério Público ou à capital do Estado ou com transporte “multimodal e especialmente oneroso, demorado ou perigoso”.

A resolução não revela o alcance financeiro da medida. Não há dados sobre o valor ou porcentual a ser pago aos promotores e procuradores a título de compensação.

O texto define apenas que o benefício deve ser proporcional ao tempo de serviço prestado. Segundo a proposta, cada unidade deverá editar atos normativos para estabelecer “quantitativo” e outros critérios de pagamento. Para receber o bônus, segundo a versão inicial da resolução, os membros do Ministério Público precisam comprovar que efetivamente moram na cidade.

O adicional em dinheiro faz parte de uma política mais ampla de incentivo à interiorização. O objetivo, segundo o projeto, é fomentar a atrair membros do MP a regiões e unidades de “difícil provimento”.

CONFLITOS NO CAMPO

Dados de 2023

EVOLUÇÃO

Ano	Casos
2018	1.567
2019	1.963
2020	2.130
2021	1.838
2022	2.050
2023	**2.203**

O Norte é a região com mais casos de disputas, com **35%** das ocorrências

Seguida do **Nordeste**, com **32%**

PRINCIPAIS MOTIVOS

Motivo	Casos
Invasão das propriedades	**359 casos**
Pistolagem	**264 casos**
Destruição de pertences	**101 casos**

ASSASSINATOS POR CONFLITOS

Ano	Assassinatos
2018	30
2019	32
2020	21
2021	36
2022	47
2023	31

FONTE Comissão Pastoral da Terra (CPT) | © INFOGRAFFO

Tarcísio abre mão de impostos sobre igrejas e mira eleitorado evangélico

O governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), desobrigou as igrejas evangélicas de pagarem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na compra de produtos religiosos. A medida, tida como um aceno ao eleitorado evangélico, veio de um despacho de 29 de maio e publicado no Diário Oficial na última segunda-feira, 3.

O texto estabelece que a administração tributária deixará de cobrar o imposto de “quaisquer entidades religiosas, desde que referidos bens se destinem à finalidade essencial dessas entidades e sem prejuízo da fiscalização”.

A Constituição Federal garante imunidade tributária para as igrejas, mas só aos tributos diretos, como o IPTU do prédio, segundo o último entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). Por isso, a bancada evangélica do Congresso Nacional busca ampliar as isenções fiscais, seja por negociação de apoio político, seja por projetos legislativos, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Igrejas.

Os protestantes têm sido um eleitorado preferencial de Tarcísio. Durante a Marcha para Jesus, no feriado de Corpus Christi, semana passada, ele fez uma discurso religioso inflamado. Fez citações à Bíblia e pediu orações pelo Brasil enquanto os fiéis gritavam “futuro presidente do Brasil”.

Coalizão com 27 frentes parlamentares pede a Pacheco devolução de MP que compensa desoneração

(Foto: EBC)

Uma coalizão de 27 frentes parlamentares do Congresso resolveu se unir para pedir ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que devolva a medida provisória editada pelo governo para limitar as compensações de créditos de PIS/Cofins como forma de bancar a desoneração da folha de pagamento.

Em nota divulgada nesta quinta-feira, 6, as frentes falam em “graves consequências” da MP para o setor produtivo, principalmente industrial, agroindustrial, petroquímico, de alimentos, de medicamentos e outros segmentos exportadores. Os parlamentares dizem que as empresas, ao serem surpreendidas com a medida, podem suspender operações e reavaliar contratos.

“Estas novas restrições fiscais aumentam a burocracia tributária, contradizendo os princípios que orientaram a recente reforma tributária e representando um retrocesso na eficiência da restituição de tributos pagos indevidamente. A impossibilidade de compensar créditos de PIS e Cofins terá um impacto significativo no fluxo de caixa das empresas, que precisarão substituir essa compensação pelo pagamento em dinheiro, recursos que poderiam ser usados para investimentos”, afirma a nota.

As frentes também afirmam que, da forma como foi proposta, a MP é inconstitucional, o que justificaria a devolução por parte de Pacheco.

“Destacamos que o artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LCP no 101/2000) não prevê a compensação da forma estabelecida pela MP 1.227/24, o que torna a proposta ilegal. O Poder Executivo, que demanda do Legislativo que toda medida tenha uma fonte de compensação, deve seguir a mesma regra”, diz outro trecho da nota. “A forma como o governo propõe a compensação da desoneração da folha é inconstitucional, sendo um uso de manobras ilegais.”

Barroso: não há como enfrentar desinformação sem parceria com plataformas

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), disse que “não há como enfrentar a desinformação sem parceria com as plataformas digitais, que revolucionaram a comunicação no Brasil”. Ele falou, quinta, 6, na cerimônia de adesão das plataformas ao Programa de Combate à Desinformação do STF, que existe desde 2021.

Seis plataformas assinaram o acordo de adesão: Google, YouTube, Meta, TikTok, Kwai e Microsoft. O X (antigo Twitter) e o Telegram não integram a parceria. O programa prevê ações educativas e de conscientização para enfrentar os efeitos da desinformação. A cooperação com as plataformas já foi firmada em 2018 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na gestão de Barroso.

De acordo com o ministro, a educação midiática é um “passo importante” para lidar com o “abismo de desinformação” nas redes.

Ele ressaltou que a parceria é administrativa e não tem nenhuma conotação jurisdicional. “Nada tem a ver com nenhum processo que esteja no Supremo. É totalmente republicano e não interfere em nada na jurisdição”, afirmou.

Criminalização da apologia à tortura e ditadura avança no Senado Federal

(Foto: SEnado)

A Comissão de Defesa da Democracia (CDD) do Senado Federal aprovou, quinta-feira, 6, projeto que criminaliza a apologia à tortura e à instauração de regime ditatorial no País. O texto propõe a alteração do Código Penal, incluindo pena de três a seis meses e multa a pessoas que fizerem apologia à tortura ou à implementação de uma ditadura. A punição engloba os delitos feitos em ambiente virtual.

O projeto ainda será avaliado pela Comissão de Segurança Pública do Senado. Infratores que fizerem parte do Ministério Público, do Poder Judiciário ou forem agentes públicos, serão detidos pelo tempo de seis meses a um ano e também pagarão multa. As penas poderão ser aumentadas pela metade se o autor fizer uso de perfis falsos em redes sociais para divulgação do conteúdo.

De autoria do senador Rogério Carvalho (PT-SE), a proposta recebeu parecer favorável da relatora, senadora Teresa Leitão (PT-PE). Na justificativa, Carvalho explica que “existem diferenças imprescindíveis entre liberdade de expressão e apologia ao crime”. Para ele, há infrações que podem ser cometidas pelas palavras, como os “crimes de racismo e injúria”, exemplifica. “Deve haver liberdade de expressão, por outro lado, ela deve ser extremamente diferenciada da apologia à tortura e à instauração do regime ditatorial no Brasil. Afinal, que liberdade é essa que ameaça cercear as demais liberdades?”, diz o autor do projeto. Segundo a relatora, o aumento da polarização política no Brasil proporciona o surgimento do discurso violentos, de ódio e que celebrem “figuras ligadas a atos de tortura durante” a época da ditadura no País.

Santander realiza feirão de imóveis com descontos de até 53%

Em parceria com a Frazão Leilões, o banco Santander realiza no próximo dia 18 de junho, às 11h, um feirão junino de 151 imóveis. A maior parte dos lotes são residenciais, mas há também terrenos e imóveis comerciais. As opções abrangem estados de todas as regiões do Brasil. Os descontos em relação ao valor de mercado superam os 50% e o leilão traz oportunidades como quitação do IPTU e desocupação sem custos em imóveis residenciais ocupados localizados em capitais.

Os lances já podem ser feitos https://www.frazaoleiloes.com br/leilao/2750/leilao-de-imoveis-do-banco-santander-2750?pagina=1 ‘ target=’_ blank’ rel=’follow’>no site da Frazão Leilões.

Entre os maiores descontos, o destaque é um terreno de 1,5 mil m² na Zona Sul da capital paulista. Avaliado em R$ 425 mil, tem lance inicial de R$ 198.240,00, diferença de 53,36%. Outro destaque é uma casa no município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro. A área total do imóvel é de 360 m² e o lance inicial é de R$ 127.680,00, sendo a avaliação de R$ 260 mil, um desconto de 50,89%.

Vale estuda elevar a 25% teor de biodiesel na mistura com o diesel para caminhões

A diretora de Energia e Descarbonização da Vale, Ludmila Nascimento, disse que a mineradora avalia antecipar o aumento da mistura de biodiesel para 25% no diesel que abastece sua frota de caminhões. Testes de desempenho nos motores estão sendo realizados e uma decisão sobre a viabilidade dessa estratégia de descarbonização será tomada em nove meses, afirmou a executiva.

Hoje o mandato legal do biodiesel exige 14% do combustível no diesel vendido por distribuidoras, porcentual que vai chegar a 15% em 2025 e, segundo o projeto de lei do Combustível do Futuro, em vias de aprovação no Congresso, deverá ser de 20% até 2030. Se a Vale aprovar os 25%, praticará mistura acima da obrigatória em qualquer cenário regulatório. Este pode ser um impulso mais imediato à estratégia de descarbonização da Vale no curto prazo. A companhia pretende reduzir em até 33% as suas emissões de carbono até 2030 e chegar ao carbono neutro em 2050, reforçou Ludmila.

“Isso não exigiria nenhuma adaptação ou troca nos motores dos nossos caminhões, porque o biodiesel é drop in (intercambiável com diesel). Estamos fazendo os testes, que exigem muitas horas, para avaliar se há alguma limitação”, disse Ludmila na quarta-feira.

ESPORTES

EDIÇÃO NACIONAL

Hebert Conceição e Esquiva Falcão, medalhistas olímpicos, se enfrentam dia 15, em São Paulo

O boxe brasileiro vai ter um duelo inédito em sua história de 111 anos. No próximo dia 15, no Komplexo Tempo, em São Paulo, dois medalhistas olímpicos vão se enfrentar na categoria peso médio (até 72,575 quilos): Hebert Conceição, campeão olímpico em Tóquio, em 2021, e Esquiva Falcão, prata em Londres-2012.

O duelo promete ser decisivo na carreira dos lutadores, pois uma derrota poderá causar o fim da credibilidade. Apesar da diferença de experiência, tanto Esquiva como Hebert precisam de um grande resultado para tornar seus nomes interessantes de novo no mercado internacional. Esquiva é o 12º no ranking do Conselho Mundial de Boxe (CMB), enquanto Hebert não aparece em nenhuma classificação das quatro entidades que dirigem a nobre arte.

Esquiva, de 34 anos, soma 30 vitórias (20 nocautes) e uma derrota. O lutador capixaba chegou a disputar o título mundial dos médios, mas perdeu para o alemão/italiano Vincenzo Gualtieri, por pontos, após 12 assaltos. O baiano Hebert, de 26 anos, tem apenas cinco lutas como profissional, com três nocautes. Hebert x Esquiva será uma das preliminares do evento que terá como atração principal a luta de boxe entre o brasileiro Anderson Sila e o americano Chael Sonnen.

Seleção masculina de vôlei perde para invicta Eslovênia na Liga das Nações

(Foto: Divulgação)

A seleção brasileira masculina de vôlei foi derrotada pela Eslovênia por 3 sets a 2, com parciais de 25/27, 25/23, 24/26, 25/21 e 12/15, na madrugada da última sexta-feira, em Fukuoka, no Japão. Trata-se da terceira derrota da equipe de Bernardinho nesta edição da Liga das Nações.

Após sete jogos disputados, o Brasil continua em quinto lugar na tabela da competição, encara como preparatória para a Olimpíada de Paris-2024. A Eslovênia é a líder da classificação, única seleção que ainda não perdeu na Liga das Nações. A seleção volta à quadra no sábado, às 3h30 (horário de Brasília), para enfrentar a Polônia.

Nesta sexta, o destaque brasileiro foi Adriano, maior pontuador do time, com 21 pontos. O ponteiro e capitão Lucarelli também foi bem, com 17 pontos. Pela Eslovênia, Stern foi quem mais pontuou na partida, com 29 acertos, sendo 26 de ataque, dois de bloqueio e um de saque.

A partida foi marcada por hesitações da seleção em momentos favoráveis na partida. Tanto no primeiro quanto no terceiro sets, o Brasil contava com vantagem no placar, mas acabou cedendo a virada para os eslovenos. Ao fim da partida, o técnico Bernardinho reconheceu a falta de consistência nos momentos decisivos do confronto.

"Jogamos contra um time que saca muito forte, mas conseguimos controlar de certa forma. No final do primeiro set tínhamos uma boa vantagem, mas cometemos alguns erros. No final do terceiro também. Até conseguimos recuperar, mas não soubemos concluir o set. É uma partida que nos deixa com um gosto amargo por alguns finais de set, não por como ela foi jogada com um todo. Tem coisas que podemos melhorar e evoluir", comentou o treinador.

"É uma partida que serve para avaliação e aprendizado. Foi bom para ver alguns jogadores sob pressão. Temos que manter o pé no chão e continuar trabalhando. Amanhã temos outra partida duríssima contra a Polônia. A vitória seria importante para nos aproximar mais da fase final, mas também não dá para se expor. Com três partidas seguidas precisamos rodar o time e continuar avaliando os jogadores."

Reserva brilha e Celtics vencem Mavericks no 1º jogo das finais da NBA

Foi com a ajuda de um reserva que o Boston Celtics saiu na frente nas finais da NBA, na madrugada da última sexta-feira. Jogando em casa, no TD Garden, a equipe de Boston contou com atuação inspirada do pivô letão Kristaps Porzingis para superar o Dallas Mavericks por 107 a 89 no primeiro jogo da série melhor de sete que decidirá o campeão da NBA.

As duas equipes voltam a se enfrentar no domingo, novamente na casa dos Celtics. Na sequência, os Mavericks sediarão o jogo 3 e 4, nos dias 12 e 14, na semana que vem. O time de Boston é o favorito ao título ao 18º título de sua história por ter feito, com folga, a melhor campanha na temporada regular da NBA.

Na noite desta quinta, o jogo mais coletivo dos Celtics esteve diante de Luka Doncic, a principal referência dos Mavericks. E soube se impor em quadra, com ajuda do banco de reservas. Não bastasse a boa atuação de Jaylen Brown, cestinha do time com 22 pontos, e Jayson Tatum, autor de um "double-double" de 16 pontos e 11 rebotes, o time anfitrião contou com uma bela performance de Porzingis.

O letão saiu do banco de reservas para anotar 20 pontos e seis rebotes em apenas 20 minutos em quadra. Porzingis entrara em quadra sem saber se iria responder porque ficara mais de um mês afastado devido a uma lesão na panturrilha. Ao longo da partida, o pivô não indicou dores ou desconforto no local.

Zverev faz acordo com ex-namorada e Justiça arquiva acusação de violência doméstica

Um tribunal de Berlim encerrou na última sexta-feira o caso de acusação de violência doméstica contra o tenista Alexander Zverev. O atual número quatro do mundo e semifinalista de Roland Garros fez um acordo com sua ex-namorada Brenda Patea, e mãe do seu filho, para encerrar o caso na Justiça.

Zverev havia sido acusado por ela de agressão física após uma briga em maio de 2020, em Berlim. Os procuradores alegavam que ele havia empurrado a então namorada contra a parede e teria tentado estrangulá-la. O tenista nega qualquer agressão a ex-namorada, que é modelo profissional.

No início do caso, Brenda afirmou aos jornais alemães que o atleta tinha frequentes crises de ciúme. "É um homem ciumento. Estava sempre revistando do meu telefone e às vezes bastava um simples 'like' em uma foto minha para ficar furioso. Sua raiva se converteu em violência física várias vezes", declarara a modelo.

De acordo com a imprensa alemã, o caso foi encerrado na Justiça assim que os advogados de ambas as partes apresentaram um acordo extrajudicial para "olharem para o futuro", principalmente em relação à "custódia conjunta do filho (do casal)".

Pelo acordo, Zverev terá que desembolsar 200 mil euros (cerca de R$ 1,1 milhão), sendo 150 mil euros a serem pagos ao Estado e 50 mil euros direcionados para instituições de caridade.

O caso foi a julgamento na Justiça alemã assim que Zverev contestou uma penalidade imposta pelos tribunais, em outubro do ano passado, que exigia dele o pagamento de 450 mil euros (R$ 2,5 milhões).

Este tipo de punição é comum na Alemanha para resolver alguns casos criminais fora dos tribunais.

Com predomínio de azul e amarelo, COB lança uniforme do Brasil para Jogos de Paris-2024

(Foto: Divulgação)

Com predomínio do azul e do amarelo, o uniforme do Time Brasil para a Olimpíada de Paris-2024 foi apresentado pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) a 50 dias do início do grande evento esportivo, na França. As peças contam com design único desenvolvido com a Peak, fornecedora oficial do comitê. Foram confeccionadas mais de 50 mil peças, segundo o COB. E elas já desembarcaram na capital francesa em dois contêineres. As malas com os uniformes serão entregues aos atletas brasileiros diretamente em Paris pouco antes do início da Olimpíada. Cada brasileiro vai receber um enxoval completo, que vai além das roupas. A lista inclui malas, mochila, calçados, peças de roupas e acessórios. "Acredito que colocar o uniforme, um uniforme que seja elegante, confortável e que o atleta se sinta valorizado, começa a elevar a autoestima. E, com isso, você traz um clima vencedor para dentro da missão. E isso é bem favorável com essa energia dos atletas", afirmou Ney Wilson, diretor de Alto Rendimento do COB. Os uniformes começaram a ser desenvolvidos em 2020, antes mesmo da última Olimpíada, disputada em Tóquio, em 2021 - aquela edição dos Jogos foi adiada em razão da pandemia de covid-19. As roupas usadas pelos atletas no Japão tinham o predomínio do verde e amarelo. Desta vez, a fornecedora optou por destacar o azul escuro, em contraste com o amarelo.

"A ideia era mudar o padrão dos últimos ciclos e apostar principalmente nas cores azul e amarelo. E, assim, ressaltar a elegância de Paris, uma das capitais da moda, mas sem perder a identidade brasileira", destacou Joyce Ardies, gerente de Jogos e Operações Internacionais do COB. A boxeadora e medalhista olímpica Beatriz Ferreira foi uma das primeiras a vestir o uniforme. "Adorei os uniformes. São roupas leves, confortáveis. Estava bem ansiosa para experimentar o uniforme de pódio. Dá uma ansiedade. É um momento importante, que a gente quer estar bonito, elegante. Achei muito legal, muito diferente. Estou ansiosa para vestir, para estar no pódio bem bonita, comemorando uma medalha, claro", disse a atleta da categoria até 60kg.

Campeão olímpico de vôlei em Barcelona-1992, Pampa morre aos 59 anos

Campeão olímpico nos Jogos de Barcelona-1992, o ex-jogador de vôlei Pampa morreu na última sexta-feira, aos 59 anos, em razão de complicações pulmonares após ser submetido à quimioterapia. Ele fazia tratamento contra um linfoma, um tipo de câncer do sistema linfático.

André Felippe Falbo Ferreira, mais conhecido como Pampa, estava internado no Hospital Beneficência Portuguesa, em São Paulo, desde a metade de abril. Ele foi transferido para a capital paulista após passar 35 dias de internação em outro hospital em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, em razão das complicações durante o tratamento de quimioterapia.

"Com pesar e grande tristeza, a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) recebeu a notícia do falecimento do campeão olímpico Pampa nesta sexta-feira", lamentou a CBV, após listar os feitos esportivos de Pampa.

O ex-jogador integrou a seleção brasileira de vôlei que faturou o primeiro título olímpico da modalidade nacional. Também esteve na equipe campeã da Liga Mundial (atual Liga das Nações) em 1993 E foi medalhista de prata nos Jogos Pan-Americanos de 1991, disputados em Havana, em Cuba. "Pampa era um jogador de extremo talento e fez parte da geração que levou o vôlei brasileiro pela primeira vez ao alto do pódio olímpico. Será para sempre referência. É um dia muito triste para todo o voleibol brasileiro. A CBV se solidariza com a família e os amigos deste grande jogador, que escreveu seu nome para sempre na história do esporte mundial", disse o presidente da CBV, Radamés Lattari.

Alcaraz busca virada sobre Sinner e confirma vaga em sua 1ª final em Roland Garros

(Foto: Divulgação)

Carlos Alcaraz buscou a virada e despachou Jannik Sinner, que assumirá o posto de número 1 do mundo na segunda-feira, na primeira semifinal masculina de Roland Garros. Nesta sexta-feira, o tenista espanhol superou o italiano por 3 sets a 2, com parciais de 2/6, 6/3, 3/6, 6/4 e 6/3, em 4h09min de partida, em Paris. Alcaraz chegou a estar perdendo por duas vezes, mas reagiu e deslanchou nos últimos dois sets da partida. O número três do mundo disputará no domingo sua primeira final de Roland Garros, sendo a sua terceira de Grand Slam. Nas duas anteriores, ele levantou o troféu, em Wimbledon, no ano passado, e no US Open, 2022. Sinner também buscava sua primeira decisão no saibro francês.

A partida, disputada em cinco longos sets, com altos e baixos para ambos os lados, confirma o início de uma aguardada rivalidade no circuito. Alcaraz e Sinner são apontados por muitos especialistas como o futuro do tênis, candidatos a disputar os principais torneios do circuito nos próximos anos. Assim, a vitória de Alcaraz acabou desempatando o retrospecto entre os dois jovens tenistas. O espanhol agora soma cinco triunfos, contra quatro do italiano, campeão do Aberto da Austrália e tenista que assumirá o topo do ranking na atualização de segunda-feira, independentemente de qualquer resultado na final de domingo. Na grande final, Alcaraz terá pela frente o vencedor do duelo entre o alemão Alexander Zverev e o norueguês Casper Ruud, que jogam ainda nesta sexta. A final está marcada para as 10 horas de domingo, pelo horário de Brasília. A primeira semifinal masculina foi marcada pelo alto nível de tênis e pelo crescimento de Alcaraz ao longo da partida, principalmente com subidas eficientes à rede e boas disputas no fundo de quadra.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

EDIÇÃO NACIONAL

DIAGNÓSTICOS DA AMÉRICA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.486.650/0001-83 - NIRE 35.300.172.507

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Diagnósticos da América S.A. ("**Companhia**" ou "**Dasa**"), por sua Presidente, Sra. Dulce Pugliese de Godoy Bueno, tem a honra de convidar os Senhores e as Senhoras Acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("**AGE**" ou "**Assembleia**"), a ser realizada no dia 28 de junho de 2024, às 15h00min, de **modo exclusivamente digital**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Alterar os artigos 6º e 40 do Estatuto Social para (a) aumentar o limite do capital autorizado; e (b) excluir a previsão sobre o jornal em que a Companhia faz suas publicações; **(ii)** Alterar o Estatuto Social da Companhia para prever o Comitê de Auditoria Estatutário e as regras sobre sua composição e funções; e **(iii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações previstas nos itens (i) e (ii) acima. **Do Exercício do Direito de Voto:** A participação do acionista poderá ser pessoal, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído (observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada), conforme abaixo: **(i)** Participação de forma digital: Será realizada por meio da plataforma Ten Meetings ("**Plataforma Digital**"). O acionista que desejar participar da AGE à distância por meio da Plataforma Digital deverá observar atentamente a todas as condições indicadas abaixo, em observância ao disposto na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"). • A fim de participar e votar por meio do sistema eletrônico, o acionista (ou representante e procuradores) deverá realizar o cadastro na Plataforma Digital (via link https://assembleia.ten.com.br/638274393), até o dia 26 de junho de 2024, preenchendo todas as informações solicitadas e enviando todos os documentos indicados no parágrafo seguinte deste Edital de Convocação. O acesso via Plataforma Digital está restrito aos acionistas e a seus representantes e procuradores que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos aqui previstos. Ainda que o acionista tenha seu cadastro aprovado pela Companhia, caso ele não tenha ações registradas na relação da base acionária da Companhia obtida em 28 de junho de 2024 e com data-base de 25 de junho de 2024, ele não conseguirá acessar o ambiente da Assembleia. • Os seguintes documentos são de envio obrigatório pelo acionista (ou representante e procuradores), via Plataforma Digital, para viabilizar a sua participação: **(a)** comprovante de participação expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia; **(b)** instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação do acionista por procurador; **(c)** instrumentos que comprovem a identidade do acionista; e, se o acionista pessoa jurídica ou fundo de investimento, **(d)** os atos que comprovem a representação, como **(d.1)** no caso de acionista pessoa jurídica: último contrato social/estatuto social consolidado e registrado, atos que comprovem a eleição dos representantes e, caso representado por procurador, procuração e documentos que comprovem a representação; **(d.2)** no caso de acionista fundo de investimento: último regulamento consolidado do fundo; último contrato social/estatuto consolidado e registrado do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, em conjunto com os documentos societários que comprovem os poderes de representação; atos que comprovem a eleição dos representantes e, caso representado por procurador, procuração e documentos que comprovem a representação. • Após realização do cadastro na Plataforma Digital, o acionista (ou representante e procuradores) receberá um e-mail confirmando o recebimento da solicitação de cadastro, a qual será analisada pela Companhia. A Companhia poderá requisitar outros documentos necessários para a habilitação do acionista (ou representante e procuradores) para participação na AGE, que deverão ser enviados pelo acionista (ou representante e procuradores) até o dia 26 de junho de 2024. O documentos recebidos após tal data serão desconsiderados. • Após a solicitação de cadastro, o acionista ou seus representantes terão acesso a um ambiente virtual chamado "Painel de Representantes", que pode ser acessado por meio do link: https://assembleia.ten.com.br/638274393. Nesse ambiente, poderão acompanhar a situação da aprovação de seu cadastro, bem como atualizar a documentação enviada, ao acessar com o login e senha previamente cadastrados. • Após a análise da solicitação, os acionistas (ou representante e procuradores) devidamente regularizados receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Caso o acionista (ou representante e procuradores) não receba o e-mail de confirmação ou de aprovação de seu cadastro em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da AGE, deverá entrar em contato com a Companhia por meio do e-mail ir@dasa.com.br. • Caso a solicitação de cadastro do acionista (ou representante e procuradores) seja rejeitada, este receberá um e-mail explicando o motivo da rejeição e contendo o procedimento para a regularização do cadastro. Será permitido ao acionista (ou representante e procuradores) regularizar o seu cadastro até o dia 26 de junho de 2024. • A Companhia não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista (ou representante e procuradores) possa enfrentar, bem como por outras questões alheias à Companhia que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na AGE por meio da Plataforma Digital. • A Companhia recomenda, ainda, que os acionistas (ou representantes e procuradores) se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital e que garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e por áudio). Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas (ou aos seus representantes ou procuradores devidamente constituídos) que, no dia da AGE, acessem a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência a fim de permitir a validação do seu acesso e a sua participação. Após o início da AGE, não será permitido a entrada de acionistas (ou representante e procuradores). **(ii)** Participação por meio de votação à distância: A Companhia informa aos seus acionistas que não será disponibilizado boletim de voto a distância para participação na AGE, conforme art. 26 da Resolução CVM 81. **Dos Documentos:** Em observância à Resolução CVM 81, encontram-se à disposição dos Senhores e das Senhoras Acionistas nos websites de Relações com Investidores da Companhia (www.dasa3.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste Edital de Convocação.

Barueri, 07 de junho de 2024.
Dulce Pugliese de Godoy Bueno
Presidente do Conselho de Administração

AOSTA INCORPORAÇÃO SPE LTDA.

Adolpho Lindenberg Construtora

CNPJ/ME Nº 32.208.022/0001-38 - NIRE 35.235.409.307

16ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social ("16ª ACS"), as Partes: **A) KINEA CO-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário**, fundo de investimento imobiliário constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 30.816.679/0001-52, neste ato devidamente representado por sua administradora, **Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo/SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 8º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 62.418.140/0001-31, a qual, por sua vez, é neste ato representada por seus procuradores: (i) **Carlos Alberto Pereira Martins**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, RG nº 19913119 SSP/SP, CPF/ME sob o nº 132.666.048-90 e; (ii) **Marcel Chalem**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 27.542.421-2 SSP/SP e CPF/ME nº 296.378.348-50, ambos com endereço comercial em São Paulo/SP, na Rua Minas de Prata, nº 30, 4º andar, CEP 04552-080 ("FII KINEA"); **B) Coinvestidores Participações I Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede em São Paulo/SP, na Rua Minas de Prata, nº 30, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04552-080, CNPJ/ME nº 37.666.006/0001-02 e com seus atos constitutivos arquivados JUCESP sob o NIRE 35.236.134.611, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, por **Marcel Chalem** e **Carlos Alberto Pereira Martins**, acima qualificados ("Coinvestidores" doravante denominada em conjunto com FII KINEA, simplesmente "Kinea Investimentos"); e **C) Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede em São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, sala 203, bloco "C", Itaim Bibi, CEP 04534-002, CNPJ/ME nº 06.138.869/0001-83 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.218.639.278, representada neste ato por seus administradores, Srs. **Adolpho Lindenberg Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 4.289.745-2 SSP/SP e CPF/ME nº 004.219.258-76, e **Maurício Piazzon Barbosa Lima**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 35.461.218-9 SSP/SP e CPF/ME nº 224.468.838-00, ambos com endereço comercial em São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, Ed. Corporate, Itaim Bibi, CEP 04534-002 ("LSP" e, em conjunto com Coinvestidores e FII KINEA, simplesmente "Sócios"). Na qualidade de únicos sócios da AOSTA INCORPORAÇÃO SPE LTDA., sociedade empresária limitada, com sede em São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, sala 216, Itaim Bibi, CEP 04534-002, CNPJ/ME nº 32.208.022/0001-38 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.235.409.307 ("Sociedade"), resolvem, de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar o Contrato Social da Sociedade, mediante as seguintes cláusulas e condições: **Cláusula 1ª - Da Redução de Capital Social: 1.1.** Considerando que o capital social encontra-se totalmente subscrito e integralizado, decidem as sócias, nos termos do inciso II do artigo 1.082 do Código Civil, por unanimidade, reduzir o capital social da Sociedade em **R$ 15.000.000,00**, passando DE R$44.099.943,00 PARA R$29.099.943,00, com o cancelamento de 15.000.000 de quotas ordinárias, as quais restituídas às Sócias de forma proporcional a sua participação no capital social, sendo: **(i)** R$8.325.000,00 à sócia Coinvestidores; **(ii)** R$1.425.000,00 à sócia FII KINEA; e, **(iii)** R$5.250.000,00 à sócia LSP. **1.2.** Observado o 56º, da Cláusula 4ª do Contrato Social da Sociedade, o valor parcial de R$2.750.000,00, destinado à Sócia LSP, será creditado diretamente em favor da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA, (CNPJ sob o nº 25.005.683/0001-09), nos termos do *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*, celebrado, em 22/09/2022, em conta corrente indicada por ela, a saber, Banco Bradesco (237), agência 3396, conta corrente 5.962-5, para fins de amortização parcial da Cédula de Crédito Imobiliário, emitida em 22/09/2022. O saldo restante a ser restituído à sócia LSP, no montante de R$2.500.000,00, deverá ser depositado e destinado a conta de sua titularidade, nos termos da autorização assinada em 27/05/2024. **1.3.** Referida redução de capital, será efetivada após o prazo de 90 dias, contados da publicação do presente instrumento, nos termos do artigo 1.084 do Código Civil. **1.4.** Em razão das deliberações acima, os Sócios decidem alterar o caput da Cláusula Quarta do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte redação: "***Cláusula 4ª** - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, é, nesta data, de R$29.099.943,00, dividido em 21.002.000 quotas ordinárias e 8.097.943 quotas preferenciais, representativas de 100,00% do capital social da Sociedade, distribuídas entre os Sócios da seguinte forma*: **QUOTAS ORDINÁRIAS:** Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. - 7.350.700 - R$7.350.700,00 - 35%; Kinea Co-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário - 1.995.190 - R$1.995.190,00 - 9,5%; Coinvestidores Participações I Ltda - 11.656.110 - R$11.656.110,00 - 55,5%. **TOTAL: - 21.002.000 - R$ 21.002.000,00 - 100%. QUOTAS PREFERENCIAIS:** *Coinvestidores Participações I Ltda - 8.097.943 - R$8.097.943,00 - 100%*. **TOTAL: - 8.097.943 - R$8.097.943,00 - 100%. Cláusula 2ª - Da Ratificação e Consolidação do Contrato Social: 2.1.** Em decorrência das alterações acima, os Sócios procedem, neste ato, à ratificação das demais Cláusulas do Contrato Social. São Paulo, 28/05/2024. **Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.** - Adolpho Lindenberg Filho, Maurício Piazzon Barbosa Lima; **Kinea Co-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário** - Carlos Alberto Pereira Martins, Marcel Chalem; **Coinvestidores Participações I Ltda.** Carlos Alberto Pereira Martins, Marcel Chalem. Testemunhas: Natália Kairuz CPF 287.897.918-43, Rodolfo Piersanti CPF 105.342.466-30.

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90028/24, processo nº 024.00081062/2024-90, destinado a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL (SISTEMA ELETROFORE COMPLETO) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESSE INSTITUTO.** A abertura da sessão será dia 26/06/2024 as 09:00 horas. no site: compras.Gov.br cujo edital encontra-se disponível.

INSTITUTO "LAURO DE SOUZA LIMA" - Acha-se aberto no Instituto "Lauro de Souza Lima", em Bauru/SP, o PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90027/24, processo nº 024.00083437/2024-79, destinado à **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (BATERIAS E PILHAS) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DESSE INSTITUTO.** A abertura da sessão será dia 26/06/2024 as 09:00 horas. no site: compras.Gov.br cujo edital encontra-se disponível.

Prefeitura Municipal de Limeira

EDITAL: 79/2024
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 17.10/2024
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A ADEQUAÇÃO DA UNIDADE MÓVEL DE ESTERILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE (UMEES), EM ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 919216/2021, CADASTRADO NA PLATAFORMA+BRASIL.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 28/06/2024 às 09:30 horas.
Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 337 de 27 de dezembro de 2023.

Limeira, 07 de junho de 2024
Departamento de Gestão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 554/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 4.019/2024
OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA ATENDIMENTO DE MANDADO JUDICIAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Do dia 10/06/2024 até as 14h00min do dia 20/06/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 14h01min do dia 20/06/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES: Às 14h30min do dia 20/06/2024.
MODO DE DISPUTA: ABERTO
LOCAL: www.bll.org.br/ "Acesso Identificado no link - licitações".
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites:
www.aracatuba.sp.gov.br e www.bll.org.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC
Araçatuba, 06 de junho de 2024.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Triple Play Brasil Participações S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 23.438.929/0001-00 - NIRE 35.300.483.260 - Código CVM nº 02519-4

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 30 de abril de 2024, às 8h, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da **Triple Play Brasil Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº 86, 10º andar, Conj. 101, Vila Olímpia, CEP 04551-080. **2. Convocação:** O edital de primeira convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") no jornal "Diário de Notícias", nas edições dos dias 4, 5 e 6 de abril de 2024, na página 9 de cada edição, com divulgação simultânea na página desse mesmo jornal na internet, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. **3. Presença:** Presentes acionistas titulares de 280.094.689 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando aproximadamente 96,16% do capital social com direito a voto da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Presentes, também, a Sra. Paloma Mansano Teixeira Vellasco, Diretora Jurídica, na qualidade de representante da administração, e a Sra. Emannuelly A. Maia, na qualidade de representante da Ernst&Young Auditores Independentes S/S. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Denis Marcel Ferreira e secretariados pela Sra. Bruna Bellotto. **5. Publicações e Divulgação:** De acordo com o art. 133 da Lei das S.A., foram devidamente publicados o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no jornal "Diário de Notícias", edição do dia 28 de março de 2024, na página 10. Os documentos pertinentes a assuntos integrantes da ordem do dia foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e divulgados nas páginas eletrônicas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da Companhia, com até 1 (um) mês de antecedência da presente data, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável. **6. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024; e **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (v)** a eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia. **7. Deliberações:** Instalada a assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **(A) EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 7.1. Aprovar**, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **7.2. Aprovar**, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, as contas dos administradores e o relatório de administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **7.3. Aprovar**, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a proposta da administração para a destinação do prejuízo relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 157.763.958,91 (cento e cinquenta e sete milhões, setecentos e sessenta e três mil, novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos), à conta de "Prejuízos Acumulados", nos termos do art. 189 da Lei das S.A., não havendo, portanto, lucros a serem distribuídos aos acionistas. **7.4. Aprovar**, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024, no montante de até R$ 12.825.000,00 (doze milhões e oitocentos e vinte e cinco mil reais), ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme art. 152 da Lei das S.A. O valor da remuneração global ora aprovado não inclui tributos e contribuições para a previdência social que sejam ônus do empregador. **(B) EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 7.5. Aprovar**, conforme votos registrados no mapa de votação constante do **Anexo I**, a eleição do **Sr. Cayque Hilmi Hamid Demarqui**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 36.686.028 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 392.303.888-74, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Jose Jannarelli, 688, Apt 5 - Jd Guedala - CEP: 05615-001, como membro do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024, sendo permitida sua reeleição. **7.5.1.** Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado que o Sr. Cayque Hilmi Hamid Demarqui está em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração de desimpedimento mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80, de 2022, que ficará arquivada na sede da Companhia. **7.5.2.** O Sr. Cayque Hilmi Hamid Demarqui será investido no cargo de membro efetivo do Conselho de Administração em até 30 (trinta) dias a contar da presente data, mediante a assinatura de termo de posse a ser lavrado em livro próprio, oportunidade em que fará a declaração de desimpedimento prevista no item 7.5.1 acima, que ficarão arquivados na sede da Companhia. **7.5.3.** Consignar que o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos seguintes membros, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024: **(a)** Sr. Raghav Nayar, norte-americano, casado, contador, portador do passaporte nº 488747741, residente e domiciliado na Cidade de Sarasota, Estado da Flórida, Estados Unidos da América, na 7201 N. Serenoa Drive, CEP 34241; **(b)** Sr. Ricardo Rodriguez, norte-americano, casado, contador, portador do passaporte nº 642760394, residente e domiciliado na Cidade de Irving, Estado do Texas, Estados Unidos da América, na 630 Lake Point Drive, CEP 75039; **(c)** Sr. Denis Marcel Ferreira, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.355.181-0, inscrito no CPF sob o nº 132.146.048-13, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lúcio Costa, nº 3150, Apartamento 102, Barra da Tijuca, CEP 22793-095; **(d)** Sr. Mark Conrad Fortin, norte-americano, casado, contador, portador do passaporte U.S. nº 564305640, residente e domiciliado na Cidade de Deerfield, Estado de New Hampshire, Estados Unidos da América, na 48 Baker Ave, CEP 03037; e **(e)** Sr. Cayque Hilmi Hamid Demarqui, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG. Nº 36.686.028 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 392.303.888-74, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Jose Jannarelli, 688, Apt 5 - Jd Guedala - CEP: 05615-001. **8. Documentos:** Não houve apresentação de documentos e manifestações de voto apresentados por escrito pelos acionistas. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, declarou-se a assembleia encerrada, tendo sido lavrada a presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo transcrição apenas das deliberações tomadas e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme dispõe o artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei das S.A. Nesses termos, lida e achada conforme, a ata foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de abril de 2024. **Mesa:** Denis Marcel Ferreira - Presidente. Bruna Bellotto - Secretária. **Representante da Administração:** Paloma Mansano Teixeira Vellasco - Diretora Jurídica. **Representante da da Ernst&Young Auditores Independentes S/S:** Emannuelly A. Maia. **Acionistas presentes:** CONDOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATEGIA - INVESTIMENTO NO EXTERIOR (p.p. Marco Assis e Jean Jones) (sistema eletrônico - Presidente da Mesa); GILBERT MINIONIS (sistema eletrônico - Presidente da Mesa); MARCUS VAROTTI (sistema eletrônico - Presidente da Mesa); DIEGO MATOS MARINHO (sistema eletrônico - Presidente da Mesa). Mesa: **Denis Marcel Ferreira -** Presidente, **Bruna Bellotto -** Secretária. JUCESP nº 211.696/24-9 em 27/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Triple Play Brasil Participações S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 23.438.929/0001-00 - NIRE 35.300.483.260

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de maio de 2024
(Retificação e Ratificação das deliberações tomadas na
ata de reunião do conselho de administração realizada em 26 de abril de 2024)

1. Data, Hora e Local: Realizada às 8:00 horas do dia 24 de maio de 2024, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Tomé, nº 86, 10º andar, conjunto 101, Vila Olímpia, CEP 04.551-080 ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração participaram da reunião por meio de videoconferência, conforme permitido pelo artigo 16, §3º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Denis Marcel Ferreira e secretariados pela Sra. Paloma Mansano Teixeira Vellasco. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(a)** a retificação e ratificação da deliberação tomada no subitem "5 (i)" da ata Reunião do Conselho de Administração, realizada em 26 de abril de 2024, às 8:00 horas, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCESP sob o número 202.825/24-3, em 20 de maio de 2024 ("RCA da Emissão"); e **(b)** a aprovação de todos os atos a serem praticados pelos diretores da Companhia com relação aos assuntos objeto da presente ordem do dia. **5. Deliberações**: Instalada a presente reunião, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **(a)** A retificação e ratificação da deliberação tomada no subitem "5 (i)" da ata da RCA da Emissão, de forma a alterar o Valor Total da Emissão de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) e a Quantidade de Debêntures de 150.000 (cento e cinquenta mil) para 120.000 (cento e vinte mil). Diante de tal retificação, o Valor Total da Emissão e Quantidade de Debêntures passarão a vigorar conforme abaixo e as demais características, termos e condições das Debêntures serão ratificados e permanecem, portanto, inalterados. I. **Valor Total da Emissão**. O valor total da Emissão será de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo que a quantidade de Debêntures alocada na Primeira Série (conforme abaixo definido) e na Segunda Série (conforme abaixo definido) será definida conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), observado o Sistema de Vasos Comunicantes (conforme abaixo definido); e II. **Quantidade de Debêntures**. Serão emitidas 120.000 (cento e vinte mil) Debêntures em até 2 (duas) Séries, sendo a quantidade de Debêntures alocada na Primeira Série e na Segunda Série a ser definida conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding*, observado o Sistema de Vasos Comunicantes. **(b)** a aprovação de todos os atos a serem praticados pelos diretores da Companhia com relação aos assuntos objeto da presente ordem do dia. **6. Encerramento:** Não havendo mais nada a ser tratado, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas - Presidente: Sr. Denis Marcel Ferreira; Secretária: Sra. Paloma Mansano Teixeira Vellasco; Membros do Conselho de Administração: Cayque Hilmi Hamid Demarqui, Denis Marcel Ferreira, Raghav Nayar, Ricardo Rodriguez e Mark Conrad Fortin. O presente documento é assinado em data posterior de forma digital, permanecendo seus efeitos modulados a partir da data original do documento, qual seja 24 de maio de 2024. (confere com o original lavrado em livro próprio) São Paulo, 24 de maio de 2024. **Denis Marcel Ferreira** - Presidente, **Paloma Mansano Teixeira Vellasco** - Secretária.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO ELETRÔNICO 72/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS, DIETA ENTERAIS E FÓRMULAS INFANTIS PARA PACIENTES ASSISTIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** O período de envio das propostas será a partir de 10/06/2024 até 21/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 21/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 10/06/2024. Orlândia, SP, 07 de Junho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valéria Maria Lopes Manduca Ferreira - Secretária Adjunta de Saúde
PREGÃO ELETRÔNICO nº 130/2024 - PROCESSO nº 15.438/2024 - Nº COMPRA 900130/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM OFTALMOLOGIA, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 10 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

Botucatu, 06 de Junho de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO PARA EMPRESAS ME/EPP ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:
Nº: 016/2024 - **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS II - **ABERTURA DA LICITAÇÃO:** 21 de junho de 2024, às 15:00 horas.
Disponível no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.gov.br/compras, O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.
RODRIGO ARAKAKI - Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que foi designada nova data de abertura para o PREGÃO ELETRÔNICO 79/2024 cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**. O período de envio das propostas será a partir de 10/06/2024 até 25/06/2024 às 08:00h no endereço eletrônico bll.org.br. O início da disputa ocorrerá no dia 25/06/2024 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br ou bll.org.br. Edital à disposição na internet: www.orlandia.sp.gov.br, à partir do dia 10/06/2024. Orlândia, SP, 07 de Junho de 2024. SÉRGIO AUGUSTO BORDIN JÚNIOR. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ZELADORIA E SERVIÇOS
Márcio Roberto dos Santos - Secretário Municipal de Zeladoria e Serviços
PREGÃO ELETRÔNICO nº 165/2024 PROCESSO n° 17.489/2024
UASG 986249 Nº COMPRA 90165/2024.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE BOMBAS SUBMERSÍVEIS. DATA INICIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 10 DE JUNHO DE 2024. DATA/HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 24 DE JUNHO DE 2024 - HORÁRIO: 09:00 horas. ENDEREÇO ELETRÔNICO: Portal de Compras do Governo Federal - www.compras.gov.br. O edital completo poderá ser retirado pelo site: www.botucatu.sp.gov.br ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: copel@botucatu.sp.gov.br.

Botucatu, 06 de Junho de 2024

LEILÃO DE VEÍCULOS ONLINE

AGORA VOCÊ COMPRA SEU VEÍCULO DA MELHOR FORMA PARA O SEU NEGÓCIO: COM O CONFORTO DO LEILÃO ONLINE. ACESSE AGORA: WWW.MESQUITALEILOES.COM.BR, CADASTRE-SE E DÊ SEU LANCE. BOA SORTE!

DIAS 12/06/2024 E 13/06/2024 ÀS 13h30
73 VEÍCULOS PROVENIENTES DE SEGURADORAS, BANCOS, EMPRESAS E RECEITA FEDERAL

LOCAL DO LEILÃO: AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP

KATIA ALVES SOARES - LEILOEIRA OFICIAL JUCESP 1093

NÚMEROS DOS CHASSIS
M006207; M068431; M000735; KM63521; A542062; L8781141; H561785; KE60723; E5005600; A033542; 94019643; CA27594; ZA01452; KL298225; W528324; W552820; J429656; J125344; Z232851; J8470035REM; FTU94751; DM028944; B117926; B108600; B107054; F8163810; D4736976; Z109529; C4371327; H0794481; B521904; B107084; E8066142; B524969; B540153; K199832; L679159; B513011; J258583; J343379; B266383; 5B143571; B195595; C154024; G315749; 91061934; P016574; C442259; P051693; CZH8455; EA273340; Z119647; J914677; A003411; E5054566; B203775; DJ288441; KB367904; MP038270; D2151535; J956159; 9C109683; A545524; L207368; B106753; T003957; T023556; K8241256; MB154227; R073066; P117778; P117531; EL715745; FL677652.

CONDIÇÕES
OS BENS SERÃO VENDIDOS NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM E SEM GARANTIAS. DÉBITOS DE IPVA MULTAS DE TRANSITO OU DE AVERBAÇÃO QUE POR VENTURA RECAIAM SOBRE O BEM FICARÃO A CARGO DO ARREMATANTE CORRENDO TAMBEM POR SUA CONTA E RISCO A RETIRADA DOS BENS. NO ATO DA ARREMATAÇÃO O ARREMATANTE OBRIGA-SE A ACATAR DE FORMA DEFINITIVA E IRRECORRÍVEL AS NORMAS E DEMAIS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO ESTABELECIDAS NO CATALOGO DISTRIBUÍDO NO LEILÃO. LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 1093. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS. AVENIDA ANTONIO BARBOSA DA SILVA SANDOVAL, 190 - SP - TEL.: (11) 5990-3165. (CATALOGO, LOCAL DE VISITAÇÃO, DESCRIÇÃO COMPLETA E FOTOS NO SITE).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024 – Objeto: CREDENCIAMENTO de Instituições Financeiras para prestação de serviços bancários de arrecadação de tributos municipais e demais receitas de titularidade da Prefeitura do Município de Ipeúna, através de guia de arrecadação não compensável, na modalidade código de barras no padrão Febraban e/ou leitura de QrCode Pix, com repasse de arrecadação e prestação de contas por transmissão eletrônica de dados, por intermédio de suas agências e agentes arrecadadores, com prestação de contas por meio digital de valores arrecadados. Recebimento de envelopes: a partir do dia 10/06/2024 às 08h00 até o dia 24/06/2024 às 17h; Abertura dos envelopes: às 09h do dia 25/06/2024. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura e na página http://transparencia.ipeuna.sp.gov.br/Compras-033 (Portal da Transparência - Lei de Acesso à Informação). Informações pelo telefone (19) 3576-9007 ou e-mail licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 07/06/2024. Diego Heron Pinheiro – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 12/2024 – Objeto: Aquisição, por fornecimento parcelado e a pedido, de carnes e laticínios destinados as Unidades Escolares e demais departamentos do município de Ipeuna/SP, através do Sistema de Registro de Preços, durante o período de 12 meses. Recebimento das Propostas por meio eletrônico: a partir do dia 10/06/2024 às 08h00; Abertura das propostas por meio eletrônico: às 08h10 do dia 21/06/2024; Início da sessão de disputa de preços: às 09h00 do dia 21/06/2024. O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura, na página http://transparencia.ipeuna.sp.gov.br/Compras-033 (Portal da Transparência - Lei de Acesso à Informação) e no site www.bll.org.br. Informações pelo telefone (19) 3576-9007 ou e-mail licitacao@ipeuna.sp.gov.br. Ipeúna, 07/06/2024. Diego Heron Pinheiro – Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO IRAPUÃ/SP

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 011/2024 - Processo nº 034/2024 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE CLINICA ESPECIALIZADA PARA DIAGNOSTICO E TRATAMENTO DE PACIENTES DE TRANSTORNOS DE ESPECTRO HIPERMOBILIDADE - TEH/SÍNDROME DE HIPORMOBILIDADE, SÍNDROME DE EHLERS-DANLOS.** A realização da sessão pública ocorrerá em 21/06/2024, às 08h30min, no sítio http://170.0.49.246:5656/comprasedital/ (Fiorilli), podendo ainda ser no sítio eletrônico oficial do Município Irapuã/SP

PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 024/2024 - Processo nº 069/2024 – Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS DE PALCO, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PAINEL DE LED, TENDAS, GRADIS, RAMPA DE ACESSIBILIDADE (PCD), GERADOR E BANHEIRO QUIMICO PARA EVENTOS E ATIVIDADES CULTURAS DO MUNICIPIO DE IRAPUÃ.** A realização da sessão pública ocorrerá em 21/06/2024, às 09h30min, no sítio http://170.0.49.246:5656/comprasedital/ (Fiorilli), podendo ainda ser no sítio eletrônico oficial do Município Irapuã/SP

PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 025/2024 - Processo nº 070/2024 – Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LABORATORIO, ISUMO PARA A UNIDADE BASICA DE SAUDE MARIO EVARISTO TADEI, ESF MARIA ANGELICA DA SILVA SOUZA E ESF BENJAMIM JOAQUIM ASSIS SILVA, EXISTENTES NO MUNICIPIO,** A realização da sessão pública ocorrerá em 24/06/2024, às 08h30min, no sítio http://170.0.49.246:5656/comprasedital/ (Fiorilli), podendo ainda ser no sítio eletrônico oficial do Município Irapuã/SP

PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 026/2024 - Processo nº 071/2024 – Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE LETREIROS E DIVERSAS PLACAS EM ACM POR M² E PLACAS EM INOX, PARA A UTILIZAÇÃO EM DIVERSOS SETORES DA ADMINITRAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE IRAPUÃ/SP,** A realização da sessão pública ocorrerá em 25/06/2024, às 08h30min, no sítio http://170.0.49.246:5656/comprasedital/ (Fiorilli), podendo ainda ser no sítio eletrônico oficial do Município Irapuã/SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPINA

AVISO DE LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Eletrônico n°30/2024 - Tipo de Licitação "Menor Valor Por Lote"
Processo Administrativo nº 776/2024 - Edital de Licitação n° 34/2024

***OBJETO**: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviço recarga e manutenção de extintores de incêndio e testes de estanqueidade, mantendo os extintores abastecidos, com as respectivas cargas dentro da validade e prontos para o uso, em caso de necessidade, para o combate de princípios de incêndios, visando garantir a segurança de todo o departamento pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações técnicas e operacionais.*
Local: https://bll.org.br//: ➢ *Início de envio da Proposta*: **10 de junho de 2024.** ➢ *Recebimento de Propostas até*: **28 de junho de 2024** – Horas: **08h 30min.** ➢ *Início dos lances*: **28 de junho de 2024** – Horas: **09h00min.** Os interessados poderão examinar gratuitamente e adquirir o presente Edital: 1) No site municipal: www.itirapina.sp.gov.br; Na página eletrônica do BLL – Licitações Públicas: https://bll.org.br//; Requisitar nos e-mails: licitacao@itirapina.sp.gov.br, licitacao5@itirapina.sp.gov.br e licitacao6@itirapina.sp.gov.br.

Itirapina, 07 de junho de 2024.
FLÁVIO SIQUEIRA FAGUNDES - Secretário Municipal da Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 055/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para contratação de empresa, para realização de exames de radiografia, o início da sessão de abertura será no dia 24/06/2024, às 13:30 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 057/2024, que tem como objetivo o registro de preços, para contratação de serviços de ressolagem, duplagem e conserto de pneus da frota municipal de veículos, o início da sessão de abertura será no dia 25/06/2024, às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Pta., faz saber a todos os interessados, que encontra-se aberto no Departamento de Licitações, o PREGÃO (ELETRÔNICO), n.º 058/2024, que tem como objetivo a locação de caminhão coletor compactador, o início da sessão de abertura será no dia 24/06/2024, às 09:00 horas. O edital poderá ser retirado no Departamento de Licitações, à Av. Siqueira Campos nº 1.430, Paço Municipal ou pelo site: www.eparaguacu.sp.gov.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações poderão ser obtidas ainda através do fone (18) 3361-9100.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 07 de Junho de 2024.
Antonio Takashi Sasada - Prefeito Municipal

REDE MUNICIPAL DR. MÁRIO GATTI DE URGÊNCIA, EMERGÊNCIA E HOSPITALAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Acham-se abertas no Departamento de Pregão da Rede Mário Gatti, sito Av. Prefeito Faria Lima, nº 340, Parque Itália, Campinas/SP, fone: (19) 3772-5815 e 3772-5708 as licitações a seguir: **1) Pregão Eletrônico nº 90070/2024** - Prot. nº HMMG.2024.00001000-67 RP cateter intravenoso periférico; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 10/06/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 24/06/2024. 2) Pregão Eletrônico nº 90073/2024** - Prot. nº HMMG.2024.00000315-88 Aquisi. equip. enucleação prostática e tratamento de cál. urológicos; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 10/06/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 20/06/2024. 3) Pregão Eletrônico nº 90076/2024** - Prot. nº HMMG.2024.00000689-11 RP mat. hosp. de prótese de joelho; o acolhimento das propostas dar-se-á às 08h00 do dia 10/06/2024 e o início da sessão dar-se-á às **09h00 do dia 21/06/2024**. Os interessados poderão retirar os Editais a partir do dia 10/06/2024 no site www.hmmg.sp.gov.br/licitacoes ou pelo e-mail: pregao@hmmg.sp.gov.br.

EMMANUEL CARLOS PIERANGELLI - Diretor Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

CONCORRÊNCIA Nº 003/23 - EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001. O Município de São João da Boa Vista TORNA PÚBLICA AS ALTERAÇÕES PROCESSADAS NO EDITAL DA CONCORRÊNCIA SUPRACITADA E INFORMA QUE O edital de retificação já se encontra disponível no site www.saojoao.sp.gov.br e no site www.bllcompras.org.br. Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Edital. São João da Boa Vista, 07/06/2024.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

STJ recebe denúncia contra desembargadora do TJBA e mais dois acusados na Operação Faroeste

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) recebeu, nesta quarta-feira (5), a denúncia contra a desembargadora do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) Ilona Márcia Reis, pelos crimes de associação criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A denúncia teve origem na Operação Faroeste, deflagrada para apurar esquema de venda de decisões judiciais relacionadas a disputas de terras na região oeste da Bahia. Ao mesmo tempo em que tornou rés a desembargadora e mais duas pessoas, a Corte Especial rejeitou a denúncia contra um dos investigados. Em relação a Ilona Reis, o colegiado prorrogou o seu afastamento cautelar do cargo pelo prazo de um ano. De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), a desembargadora teria recebido propina para dar decisões favoráveis aos interessados em três processos, todos relativos a imóveis localizados no oeste baiano. O valor total acordado na negociação seria de R$ 800 mil.

A defesa da desembargadora alegou que, com a retirada de um dos investigados da denúncia, teria havido a modificação de toda a dinâmica dos fatos, sendo necessária a abertura de prazo para nova manifestação após a alteração da acusação.

Investigados tinham minutas de decisões da desembargadora antes dos julgamentos - O ministro Og Fernandes, relator, apontou que os elementos trazidos aos autos pelo MPF apontavam uma ligação estável e permanente entre Ilona Reis e os demais denunciados, com o objetivo de negociar decisões judiciais favoráveis ao grupo.

O relator também destacou que, durante as investigações, foram localizadas com um advogado e um ex-servidor do TJBA - ambos denunciados pelo MPF - minutas de decisões ou votos em nome de Ilona Reis, antes da realização do julgamento pelo tribunal, o que indicaria a articulação dos três para a negociação das decisões.

Ainda segundo Og Fernandes, relatórios de inteligência financeira identificaram movimentações bancárias suspeitas realizadas pela desembargadora. Além disso, apontou, no cumprimento de mandado de busca e apreensão no gabinete da magistrada, foram localizados diversos comprovantes de depósitos em dinheiro fracionados. Também foram detectadas transações envolvendo supostos laranjas e pessoas jurídicas.

Com o recebimento da denúncia, tem início a fase da ação penal propriamente dita. Ainda não há data para o julgamento do mérito do processo.

PUBLICIDADE LEGAL

AXIS SOLAR X EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ Nº 48.929.019/0001-43 - NIRE 35.300.627.989

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2024

Data, Horário e Local: Realizada no dia 06/06/2024, às 17hs, na sede social da **Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 72, conj. 181, CEP 04.534-000, Itaim Bibi. **Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("LSA"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Composição da Mesa:** Presidente: Luiz Augusto Pacheco e Silva; Secretário: Rodrigo Teixeira Marcolino. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a alteração do objeto social da Companhia para incluir a atividade de locação de imóveis, com a consequente alteração do artigo 3º do estatuto social da Companhia; **(ii)** o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R$ 8.400.000,00, mediante a emissão de 8.400.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações Ordinárias"), com a consequente alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, sendo que as Ações Ordinárias serão subscritas e integralizadas pela **Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.**, CNPJ nº 34.175.032/0001-40 ("Axis Solar III"); **(iii)** a consolidação do estatuto social da Companhia; **(iv)** a realização da 1ª emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 02 séries, para colocação privada ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 02 Séries, para Colocação Privada, da Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, CNPJ nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de agente fiduciário das Debêntures ("Agente Fiduciário"), a **Opea Securitizadora S.A.**, CNPJ nº 02.773.542/0001-22, na qualidade de subscritora das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) ("Securitizadora"), a Axis Solar III, e a **Axis Renováveis S.A.**, CNPJ nº 22.873.125/0001-69, na qualidade de fiadoras ("Axis Renováveis" e "Escritura de Emissão", respectivamente, sendo a Axis Solar III e a Axis Renováveis, em conjunto, denominadas "Fiadoras"); **(v)** a participação da Companhia, na qualidade de devedora, de operação de securitização dos créditos imobiliários decorrentes das Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido), os quais serão vinculados aos certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da 257ª emissão da Securitizadora ("CRI"), em conformidade com o que vier a ser estabelecido no "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em série única, da 257ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.*" a ser celebrado entre a Securitizadora e o Agente Fiduciário, na qualidade de agente fiduciário ("Termo de Securitização"), os quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7/12/1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), da Resolução da CVM n.º 60, de 23/12/2021, conforme alterada, da Lei nº 14.430, de 03/08/2022, conforme alterada, da Lei nº 9.514, de 20/12/1997, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta" e "Operação de Securitização", respectivamente); **(vi)** a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas (conforme abaixo definido) da cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária"): **(a)** de todos os direitos (inclusive direitos emergentes) decorrentes dos Empreendimentos e dos Contratos do Projeto (conforme vier a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo mas não se limitando aos direitos creditórios relacionados aos contratos de locação celebrados pela Companhia de bens que compõem o sistema de geração fotovoltaica, contratos de arrendamento, contratos de O&M, contratos de locação, bem como da totalidade dos direitos creditórios decorrentes de contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados pela Companhia, na qualidade de mutuante, junto às Fiadoras e/ou seus acionistas; **(b)** da totalidade dos direitos, presentes ou futuros (inclusive direitos emergentes, quando aplicável) e créditos da Companhia oriundos das apólices de seguro a serem listadas no Contrato de Cessão Fiduciária, assim como suas respectivas renovações, indenizações ou aditamentos; e **(c)** de conta vinculada de titularidade da Companhia a ser aberta e mantida junto a determinado banco depositário, nos termos de instrumento contratual de constituição de cessão fiduciária e outras avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária"); **(vii)** a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, de alienação fiduciária da totalidade dos equipamentos industriais e maquinários já adquiridos ou a serem adquiridos pela Companhia, sob condição suspensiva ("Alienação Fiduciária de Equipamentos"), nos termos a serem previstos em instrumento contratual de constituição de alienação fiduciária e outras avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"); **(viii)** a autorização à diretoria da Companhia e a seus procuradores devidamente constituídos, para praticar os atos necessárias à implementação do quanto deliberado nos itens acima, inclusive contratar os prestadores necessários à Emissão, à Oferta e à Operação de Securitização, bem como para firmar todos e quaisquer documentos necessários ou convenientes à emissão das Debêntures e à vinculação das Debêntures da Primeira Série aos CRI; e **(ix)** a ratificação de todos os atos já praticados até o momento pela administração da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos para a consecução dos fins indicados nos itens acima; **Deliberações aprovadas por unanimidade: (i)** a alteração do objeto social da Companhia para incluir a atividade de locação de imóveis, com a consequente alteração do artigo 3º do estatuto social da Companhia, de modo que referido artigo passará a vigorar com a seguinte redação: "***Art 3.º** A Companhia tem por objeto social (i) aluguel de sistemas solares fotovoltaicos, (ii) a prestação de serviços de manutenção e reparação de sistemas solares fotovoltaicos; (iii) a prestação de serviços de engenharia; (iv) a locação de imóveis próprios ou de terceiros; e (v) a gestão de participações societárias, holding de instituições não financeiras.*" **(ii)** o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R$ 8.400.000,00, mediante a emissão de 8.400.000 novas Ações Ordinárias, sendo que as Ações Ordinárias são totalmente subscritas pela Axis Solar III, ao preço de emissão por ação de R$ 1,00, na forma do Boletim de Subscrição que constitui Anexo I à presente ata e observado que: **(a)** o preço de emissão das Ações Ordinárias foi fixado em observância do disposto no art. 170, §1º, inciso I da LSA; **(b)** a totalidade do valor do aumento do capital social e da subscrição das Ações Ordinárias já foi aportado na Companhia a título de adiantamento para futuro aumento de capital social (AFAC), que hoje é convertido em capital social da Companhia. Diante do exposto acima, o artigo 5º do estatuto social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "***Art 5. º** O capital social da Companhia é de R$ 35.500.000,00, divido em 35.500.000,00 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.*" **(i)** Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, apresentado nesta oportunidade e assinado a seguir; **(iii)** Aprovar a realização da Emissão das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, observadas as principais características: **a) Número da Emissão:** a Emissão constituição a 1ª emissão de Debêntures da Companhia; **b) Data de Emissão**: para todos os fins de direito, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); **c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R$ 116.500.000,00, na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo (i) R$90.000.000,00 para as Debêntures da Primeira Série, observada a possibilidade de Distribuição Parcial (conforme abaixo definido); e (ii) R$26.500.000,00 para as Debêntures da Segunda Série. Em razão da necessidade de superação de determinadas condições precedentes estipuladas a serem estipuladas no contrato de distribuição, será admitida a distribuição parcial dos CRI, observado o disposto no artigo 75 da Resolução CVM 160, e, consequentemente, das Debêntures da Primeira Série ("Distribuição Parcial"), desde que observado o montante mínimo de R$ 63.500.000,00 ("Montante Mínimo"). Caso haja Distribuição Parcial, o saldo das Debêntures da Primeira Série não colocadas no âmbito da Emissão será cancelado pela Companhia, sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia ou de Assembleia Geral de Debenturistas ou de Assembleia Geral de Titulares dos CRI.; **d) Destinação dos Recursos:** Os recursos captados pela Companhia com a emissão das Debêntures serão utilizados, por ela ou por suas controladas, para destinação futura relativa à aquisição, construção ou reforma para implantação dos projetos nos imóveis objetos das matrículas a serem indicadas na Escritura de Emissão; **e) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **f) Número de Séries**: A Emissão será realizada em 02 séries. Ressalvadas as menções expressas às Debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e às Debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e Debêntures da Segunda Série, em conjunto. Não haverá subordinação entre as Séries. **g) Tipo e Forma:** As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem a emissão de cautelas ou certificados; **h) Forma de Subscrição e Integralização**: Após o cumprimento e/ou dispensa, conforme o caso, das condições precedentes a serem dispostas no Contrato de Distribuição (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), as Debêntures da Primeira Série serão subscritas pela Securitizadora e a formalização da Escritura de Emissão, sendo certo que tal assinatura ocorrerá anteriormente à efetiva emissão dos CRI, momento no qual as Debêntures da Primeira Série passarão a ser consideradas como integrantes do Patrimônio Separado dos CRI, ainda que não tenha havido a integralização das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário, na primeira Data de Integralização, sendo considerada "Primeira Data de Integralização", para fins da Escritura de Emissão, a respectiva data da primeira subscrição e integralização das Debêntures. As Debêntures integralizadas posteriormente à Primeira Data de Integralização, o preço de subscrição para as Debêntures que forem integralizadas após a Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definido), calculados pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização ("Data de Integralização"); As Debêntures poderão ser colocadas com ágio ou deságio, a ser definido pelo Coordenador, conforme item 4.1.3.1 da Escritura de Emissão; **i) Prazo e Data de Vencimento**: Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme o caso, ocasiões em que a Companhia deverá a proceder ao pagamento das Debêntures de acordo com os termos descritos na Escritura de Emissão e eventuais encargos moratórios, conforme o caso, as Debêntures terão vencimento em dezembro de 2039, conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"); **j) Quantidade de Debêntures**: Serão emitidas 116.500 Debêntures, em 02 séries, sendo (i) 90.000 Debêntures da Primeira Série, observada a possibilidade de Distribuição Parcial e o Montante Mínimo; e (ii) 26.500 Debêntures da Segunda Série; **k) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures será atualizado monetariamente ("Atualização Monetária das Debêntures") pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IBGE"), calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos a partir da primeira data de integralização dos CRI (inclusive), com relação às Debêntures da Primeira Série, e a partir da primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série (inclusive), com relação às Debêntures da Segunda Série, até a data de seu respectivo efetivo pagamento (exclusive), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures ("Valor Nominal Atualizado"), segundo a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; **l) Remuneração das Debêntures.** A partir da primeira data de integralização dos CRI, no caso das Debêntures da Primeira Série, e da primeira data de integralização das Debêntures da Segunda Série, no caso das Debêntures da Segunda Série, sobre o Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 dias úteis, a ser definido na data a ser divulgada no aviso ao mercado da Oferta ("Data de Apuração"), sendo, limitado à maior taxa entre "(a)" e "(b)" a seguir (a) a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (http://www.anbima.com.br) da taxa do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento na data prevista na Escritura de Emissão, a ser apurada na Data de Apuração, acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) de 3,55% ao ano, base 252 Dias Úteis; ou (b) 8,80% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures utilizará base 252 Dias Úteis e será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures desde a primeira Data de Integralização dos CRI, no caso das Debêntures da Primeira Série, e da primeira Data de Integralização das Debêntures da Segunda Série, no caso das Debêntures da Segunda Série (inclusive), ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (inclusive) (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a próxima Data de Pagamento da Remuneração (exclusive). A taxa que remunerará as Debêntures, definida nos termos acima descritos, será ratificada por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de aprovação societária pela Companhia e/ou pelas Fiadoras ou de aprovação da Securitizadora e/ou do Agente Fiduciário; **m) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado ou resgate antecipado total das Debêntures, conforme o caso, a Remuneração será paga mensalmente, de acordo com as datas a serem previstas na Escritura de Emissão (cada data de pagamento uma "Data de Pagamento da Remuneração"), sendo certo que o primeiro pagamento será devido após 06 meses contados a partir da Data de Emissão ("Período de Carência"); **n) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do vencimento antecipado e resgate antecipado total das Debêntures, o Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado mensalmente, conforme datas e percentuais de amortização a serem estipulados na Escritura de Emissão (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures" e o "Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser Amortizado", respectivamente), sendo certo que o primeiro pagamento será devido após 06 meses contados a partir da Data de Emissão; **o) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida e não paga à Securitizadora e/ou aos debenturistas das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% ao mês sobre o montante devido, calculados pro rata temporis; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% sobre o valor devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **p) Repactuação Programada:** Não haverá repactuação programada das Debêntures; **q) Amortização Extraordinária:** As Debêntures não estarão sujeitas à amortização extraordinária pela Companhia; **r) Resgate Antecipado Facultativo Total:** A Companhia poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; **s) Resgate Antecipado Obrigatório:** A Companhia deverá, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures, caso não haja consenso sobre a definição da Taxa Substitutiva IPCA (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), nos termos a serem previstos na Escritura de Emsisão, realizar o resgate antecipado obrigatório da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório"); **t) Resgate Antecipado Especial**: Caso ocorra uma Alteração de Tributos (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), a Companhia poderá optar por resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série no prazo de até em até 90 dias contados da data em que se tornar pública a Alteração de Tributos ("Resgate Antecipado Especial"), observados os termos e condições a serem previsto na Escritura de Emissão; **u) Garantia Fidejussória:** As Fiadoras, até a comprovação da Conclusão Física-Financeira (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão) dos Empreendimentos (conforme vier a ser definido na Escritura de Emissão), se obrigarão, solidariamente entre si e com a Companhia, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, em caráter irrevogável e irretratável, perante o Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, pelo fiel, pontual e integral pagamento das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas ou que venham a sê-lo, pela Companhia na Emissão, incluindo, mas não se limitando às obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, bem como dos demais encargos relativos à Escritura de Emissão, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, de quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Companhia, na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando a, os honorários do Agente Fiduciário, da Securitizadora e ao ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário ou a Securitizadora venham a desembolsar no âmbito da Emissão, bem como todos e quaisquer custos, despesas judiciais e/ou extrajudiciais e honorários advocatícios comprovada e diretamente incorridos na proteção dos interesses da Securitizadora ou Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão ("Obrigações Garantidas" e "Fiança", respectivamente), renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada, e dos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16/03/2015, conforme alterada; **v) Garantias Reais.** Para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas, serão constituídas as seguintes garantias reais: **(i)** Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade das ações, independentemente de espécie ou classe, de emissão da Companhia e demais bens e direitos derivados das referidas ações (exceto por direitos econômicos, inclusive relativos a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio), de titularidade da Axis Solar III, nos termos de instrumento contratual de alienação fiduciária de ações a ser celebrado; **(ii)** Cessão Fiduciária, nos termos do Contrato de cessão Fiduciária; e **(iii)** Alienação Fiduciária de Equipamentos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos. **(w) Vencimento Antecipado:** As Debêntures contarão com eventos de vencimento antecipado, automáticos e não automáticos, sendo certo que tais eventos, bem como os termos da declaração de vencimento antecipado, serão descritos na Escritura de Emissão; **(x) Demais Características da Emissão:** As demais características das Debêntures e da Emissão serão aquelas especificadas na Escritura de Emissão. **(v)** Aprovar a participação da Companhia, na qualidade de devedora, na Operação de Securitização e na Oferta; **(vi)** Aprovar a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, da Cessão Fiduciária nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; **(vii)** Aprovar a outorga, pela Companhia, em garantia das Obrigações Garantidas, da Alienação Fiduciária de Equipamentos, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos; **(viii)** Aprovar a autorização à diretoria da Companhia e a seus procuradores devidamente constituídos, para praticar os atos necessárias à implementação do quanto deliberado nos itens acima, inclusive contratar os prestadores necessários à Emissão, à Oferta e à Operação de Securitização, bem como para firmar todos e quaisquer documentos necessários ou convenientes à emissão das Debêntures e à vinculação das Debêntures da Primeira Série aos CRI; e **(ix)** Aprovar a ratificação de todos os atos já praticados até o momento pela administração da Companhia ou seus procuradores devidamente constituídos para a consecução dos fins indicados nos itens acima. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata, nos termos do artigo 130,§1º da LSA, e que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Confere com o documento original lavrado em livro próprio. São Paulo - SP, 06 de junho de 2024. **Assinaturas:** Mesa: **Luiz Augusto Pacheco e Silva** (Presidente) e **Rodrigo Teixeira Marcolino** (Secretário); Acionistas presentes: **Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.** Por: Rodrigo Teixeira Marcolino - Diretor, Por: Luiz Augusto Pacheco e Silva - **Diretor. Anexo I - Boletim de Subscrição:** 1. Subscritor: **Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.,** sociedade por ações de capital fechado, em fase operacional, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, 72, conj. 181, sala 10, CEP 04.534-000, CNPJ nº 34.175.032/0001-40, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35300555295, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Axis Solar III"); 2. Número, espécie e classe das ações subscritas: 8.400.000; 3. Valor Total da Subscrição: R$ 8.400.000,00 ("Valor Total da Subscrição"); 3. Valor Total da Subscrição: R$ 8.400.000,00 ("Valor Total da Subscrição"); 4. Forma de integralização: o Valor Total da Subscrição é integralizado via conversão do valor correspondente a R$ 8.400.000,00 já aportado na Companhia a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC). São Paulo, 06 de junho de 2024. **Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.** Por: Rodrigo Teixeira Marcolino - Diretor; Por: Luiz Augusto Pacheco e Silva - Diretor. **Estatuto Social - Capítulo I Denominação, Objeto, Sede e Prazo de Duração - Artigo 1º -** A Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), é uma sociedade por ações, regida por este estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º -** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo/SP, na Rua Joaquim Floriano, nº 72, Edifício São Paulo Head Office, conjunto 181, sala 10, Itaim Bibi, CEP 04534-000, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, alterar o endereço da sede social, bem como abrir, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior. **Parágrafo Único -** A Companhia possui as seguintes filiais: (1) GLEBA, Gleba nº 05 da Colônia São Sebastião do Guaraci, S/N, Zona Rural, CEP nº 86680-000, Ponto de Referência Chácara Ghis Lote n° 236, 229-A-4, na Cidade de Nossa Senhora das Graças/PR, CNPJ/MF nº 48.929.019/0002-24; (2) FAZENDA, Fazenda Tabajara, situada de frente para a BR 376, km 81, à direita, S/N, Zona Rural, CEP nº 87880-000, Ponto de Referência Estância Dona Ana, na Cidade de Guaira/PR, CNPJ/MF nº 48.929.019/0003-05; (3) Córrego da Estrela, S/N Lote 3; Cond. Sitio Alto Floresta; Nova Venécia/ES, CEP 29830-000, CNPJ/MF nº 48.929.019/0007-39; (4) Córrego da Estrela, S/N Lote 4; Cond. Sitio Alto Floresta; Nova Venécia/ES, CEP 29830-000, CNPJ/MF nº 48.929.019/0005-77; (5) Rodovia MS 141, KM 3, Sitio Katao, S/N - Bairro Ouro Verde, Complemento KM 3 a esquerda, Cond.: Sitio Katao, Angélica, Mato Grosso do Sul, CEP 79785-000, CNPJ/MF nº 48.929.019/000496; (6) Córrego da Montanha, S/N, Lote Fazenda Bela Vista, Zona Rural, Ponto Belo/ES, CEP 29885-000, CNPJ/MF nº 48.929.019/0006-58; (7) Estrada Vicinal Bebedouro a Taiuva, s/n, referências; Estância Celta Park, Zona Rural, Bebedouro/SP, CEP: 14700-129; CNPJ/MF nº 48.929.019/0008-10, (8) Area Rural, s/n, Anexo Sitio Rio Quartel; Area Rural de Linhares/ES, CEP 29918-899, CNPJ/MF nº 48.929.019/0009-09; (9) Estrada de Uruaçu, Rodovia GO 237, 85 Anexo Fazenda Rowiete: Lote 3275; Quadra 16; Zona Rural, Niquelândia/GO, CEP 76420-000; (10) Margem à direito do córrego do balsamo, s/n, Anexo Fazenda Trindade, Área Rural de Itumbiara/GO, CEP 75544-899; (11) Acesso a 3 Km de Bom Jardim as margens do Córrego Divisa, s/n, Anexo Sitio Santa Luzia, Zona Rural, Bom Jardim de Goiás/GO, CEP 76245-000; (12) Estrada ao lado esq est poções, s/n, Anexo Sítio Tamanduá, Zona Rural, Monteiro/PB, CEP 58500-000; (13) Estrada para o Dourado, Sítio Tigre, s/n, Sede Rural, Anexo Fazenda Lagoa Mar, Morada Nova/CE, CEP 62940-000; (14) Estrada de queimadas margem a esquerda da BR 116, s/n, Zona Rural, Anexo Sítio Queimadas, Ponto de referência, Br 116 Barro A Ico Km 14 Margem Direita, Barro/CE, CEP 63380-000; (15) Estrada Boa Viagem Pedra Branca Jacauna Km 4 à direita, s/n, Zona Rural, Anexo Fazenda Jacauna, Boa Viagem/CE, CEP 63870-000; (16) Estrada Municipal Cajobi, Acesso ao Bairro Galileia Km 6, s/n, Zona Rural, Complementos Anexo: Fazenda Fortaleza, Referências: Fazenda Fortaleza; Cajobi/SP, CEP: 15410-000; (17) Estrada Municipal Taquaritinga à Guariroba, s/n, Área Rural de Taquaritinga, Anexo Sítio Bom Jesus, Lote Sitio Santa Luzia, Taquaritinga/SP, CEP 15909-899, CNPJ/MF nº. 48.929.019/0010-34; (18) Estrada Municipal Taquaritinga ao Bairro Dobradinha, KM 6, s/n, Área Rural de Taquaritinga, Anexo Sítio Santa Emília, Taquaritinga/SP, CEP 15900-001, CNPJ/MF nº. 48.929.019/0011-15; (19) Avenida Antônia Spinora Mustafa, 445, Zona Rural, Anexo Sitio Boa Vista, Batayporã, CEP 79760-000; (20) Sitio Br 110 KM da Cidade de Campo Grande Upanema S/n Lote Sitio Canaa, Zona Rural Campo Grande/RN CEP 59680-000. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social (i) aluguel de sistemas solares fotovoltaicos, (ii) a prestação de serviços de manutenção e reparação de sistemas solares fotovoltaicos; (iii) a prestação de serviços de engenharia; (iv) a locação de imóveis próprios ou de terceiros; e (v) a gestão de participações societárias, holding de instituições não financeiras. **Artigo 4º -** A Companhia tem prazo indeterminado de duração. **Capítulo II Capital Social- Artigo 5º -** Art 5. º O capital social da Companhia é de R$ 35.500.000,00, divido em 35.500.000,00 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único -** Cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 6º -** A Companhia poderá, até o limite máximo permitido em lei e ainda que sem guardar proporção com as demais espécies ou classes de ações, criar ou emitir ações preferenciais, com ou sem direito a voto, fixando-lhes as respectivas características, preferências e vantagens. **Artigo 7º -** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor (i) de seus administradores e empregados, ou (ii) de pessoas naturais que prestem serviços à ela ou a sociedade sob seu controle. **Parágrafo Único -** Não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do Artigo 171 da Lei n°6.404/76. **Capítulo III - Assembleia Geral- Artigo 8º -** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **§1°** - A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por um acionista a ser indicado pela própria Assembleia Geral. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo. §2° - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e as previstas neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV Administração - Seção I - Disposições Gerais - Artigo 9º -** A Diretoria é o órgão de administrado e representação da Companhia. A Diretoria ficará responsável pela condução dos negócios cotidianos da Companhia, inclusive a celebração de todos os contratos comerciais da Companhia, devendo gerir suas operações com vistas a maximizar lucros. **Artigo 10º -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e, os demais, Diretores sem designação específica, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2, sendo permitida a reeleição. **§1° -** Os Diretores devem assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de nomeado, mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. **§2°-** Em caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor, o Diretor remanescente deverá convocar imediatamente Assembleia Geral, que designará o novo Diretor. **Artigo 11º -** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se para tratar de aspectos operacionais ou das matérias que julgue de sua competência. **Artigo 12º -** Compete aos Diretores cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, e a prática, dentro de suas atribuições e observado o disposto neste Estatuto, de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **Artigo 13º -** Observado o disposto neste Estatuto Social e nos parágrafos abaixo, a Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigado por ato ou assinatura: (a) de 2 Diretores em conjunto; ou (b) de um Diretor em conjunto com um procurador, observado o disposto no §2º abaixo, ou (c) de um ou mais procuradores com poderes específicos, expressamente autorizados a atuar isoladamente em nome da Companhia, conforme o caso, observado o disposto no §2º abaixo. **§1°**- Os atos para os quais o Estatuto Social exija autorização prévia ou ratificação da Assembleia Geral somente serão válidos uma vez preenchido tal requisito. **§2°**- As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por dois Diretores em conjunto e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter prazo de validade determinando e não superior a 1 ano. Caso seja interessa da Companhia outorgar procuração para a atuação isolada por um ou mais procuradores, referida forma de representação deverá constar previamente autorizada na procuração. **§3°-** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, a prática de atos por qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **§4°** - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 Diretor ou 1 procurador perante repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais, Receita Federal do Brasil e suas Delegacias e Inspetorias, Agências e Postos, empresas públicas, sociedades de economia mista, entidades sindicais, associações profissionais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S.A. e suas carteiras, inclusive perante o Departamento de Comércio Exterior - DECEX, Empresa de Correios e Telégrafos, estradas de ferro e empresas de transporte marítimo e aéreo, ficando qualquer dos Diretores investido de poderes para praticar individualmente atos como preposto perante a Justiça do Trabalho, bem como para assinar todos os demais documentos e correspondências da sociedade dirigida às mencionadas entidades ou instituições, endossar cheques para depósitos em conta bancaria da Companhia, duplicatas, letras de câmbio e outros títulos de crédito exclusivamente para cobrança bancária e consecutivo depósito das respectivas quantias em conta bancária da Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal - Artigo 14º -** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere, e, quando instalado, será composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral. **§1°-** A posse dos membros do Conselho Fiscal em seus cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo Conselheiro empossado. **§2° -** O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente em sua primeira reunião e funcionará de acordo com o Regimento Interno aprovado na Assembleia Geral que deliberar sobre sua instalação, se for o caso. **§3°-** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas sempre por maioria de votos e lavradas em forma de ata no livro próprio, devendo ser assinadas por todos os presentes. **§4°-** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o §3° do artigo 162 da LSA. **§5°-** O mandato unificado dos membros do Conselho Fiscal encerra-se na AGO subsequente à de sua eleição, sendo permitida a reeleição dos mesmos nos moldes no §6°do artigo 161 da LSA. **§6° -** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelos respectivos suplentes. **§7°-** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará o seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral deverá ser convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Capítulo VI - Exercício Social, Distribuições e Reservas - Artigo 15º -** O exercício social da Companhia terá início em 12 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 16º -** Em cada exercício os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado da seguinte forma: (a) o lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) a importância destinada a constituído da reserva legal; e (ii) a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; (b) o pagamento de dividendo determinado nos termos do caput deste Artigo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; e (c) os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, serão acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. **§1°-** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório caso seja incompatível com a situação econômico-financeiro da Companhia no respectivo exercício social. **§2°-** Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §1° acima serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação econômico-financeira da Companhia. **Artigo 17º -** A Companhia, por decisão da Diretoria, poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendo a conta de lucros apurados nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários à contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Artigo 18º -** A Diretoria poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, ad referendum da AGO que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda. **Artigo 19º -** Os dividendos e juros sobre capital próprio pagos ou creditados nos termos do Artigo 17 e do Artigo 18 serão imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 20º -** Os atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral; e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 21 -** A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, designar o liquidante, fixar os poderes e remuneração deste, e eleger os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII - Acordos de Acionistas - Artigo 22 -** A Companhia observará os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76. A administração da Companhia abster-se-á de registrar transferências de ações que violem as disposições dos referidos acordos, assim como o presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se-á de computar votos lançados em violação de tais acordos. **Capítulo IX - Disposições Gerais - Artigo 23 -** Qualquer questão oriunda da interpretação ou execução deste Estatuto Social ou qualquer outra discussão entre os acionistas e a Companhia, deverá ser decidida no foro da Comarca de São Paulo/SP, o qual deverá ter preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser. São Paulo- SP, 06 de junho de 2024. Mesa: **Luiz Augusto Pacheco e Silva** - Presidente; Rodrigo Teixeira Marcolino - Secretário. Acionista Presente: **Axis Solar III Empreendimentos e Participações S.A.** Por: Rodrigo Teixeira Marcolino - Diretor; Por: Luiz Augusto Pacheco e Silva - Diretor.

Deputados da oposição voltam a pedir para Justiça suspender compra de arroz pela Conab

Deputados de oposição ao governo voltaram a acionar o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) para pedir a suspensão da compra de 263,37 mil toneladas de arroz importado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A operação custou R$ 1,316 bilhão e o arroz será vendido por R$ 4 o quilo ao consumidor brasileiro.

Os parlamentares alegam que a medida é desnecessária e "tem causado um aumento significativo do preço do arroz não só a nível Brasil, como também a nível de países integrantes do bloco econômico do Mercosul".

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/24 – Contratação de empresa especializada para fornecimento de coletes balísticos destinados ao efetivo da Guarda Civil Municipal, obedecendo às normas exigidas pelo Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, conforme descritivo constante do Anexo I deste Edital, do tipo **MENOR VALOR GLOBAL**. Despacho da Secretaria Municipal de Segurança Integrada SUSPENDENDO TEMPORARIAMENTE a sessão do pregão epigrafado, previamente marcada para o dia 11/06/2024 às 9 horas, tendo em vista o recebimento de impugnação apresentada tempestivamente pela empresa **EMBRACOL TEXTIL CONFECCÇÃO E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA.**

RONALDO DOS SANTOS CAZELLI
Secretário Municipal de Segurança Integrada

2º CADERNO

VARIEDADES

Netflix deixará de funcionar em alguns modelos de televisão e de Apple TV

(Foto: Chris Delmas/AFP)

A Netflix anunciou que, a partir de 24 de julho, não oferecerá mais suporte para o aplicativo em mais de dez modelos de televisores da Sony. produzidos em 2014. O objetivo seria prezar por um desempenho melhor em aparelhos modernos, preterindo os televisores com capacidade mais limitadas nos dias atuais.

O streaming informou ainda que o app não estará mais disponível também em televisores da Apple TV de segunda e terceira geração. Esses aparelhos não contam com a App Store, tendo se tornado ultrapassados. Fontes afirmaram a sites internacionais, como MacRumors e AppleInsider, que a data para o fim do suporte ao dispositivo da Apple é 31 de julho.

A informação sobre a atualização teria sido divulgada por e-mail aos clientes.

Em 2019, a Netflix colocou em prática uma medida semelhante. À época, a empresa deixou de oferecer suporte a televisores da Samsung e da Vizio. A alteração aconteceu por uma mudança do Digital Rights Management do Windows Media para o PlayReady da Microsoft no sistema do streaming.

Veja abaixo a lista de TVs afetadas:

- Série X83
- Série S9
- Série W5
- Série W6
- Série W7
- Série W70
- Série X80
- Série W85
- Série W95
- Série X85
- Série X9
- Série X95

Roku, Chromecast e outras alternativas

Apesar da atualização, ainda será possível assistir ao Netflix nessas TVs usando dispositivos que oferecem conexão à internet e que podem ser conectados na entrada HDMI da TV, como a Roku, o Google Chromecast, ou o Amazon Fire Stick.

Para usar os aparelhos Roku, é necessário conectá-los ao HDMI, a uma fonte de energia e ao Wi-Fi. Em seguida, basta procurar o app no menu principal, baixar e instalar o Netflix. Por fim, é preciso fazer login com a conta e acessar o conteúdo.

Quanto ao Chromecast, é recomendado conectá-lo ao HDMI e a uma fonte de energia antes de configurá-lo com o aplicativo Google Home no dispositivo móvel. Então, basta conectar-se à mesma rede de Wi-Fi que o aparelho, abrir o app da Netflix no celular e tocar no ícone de transmissão, selecionando o Chromecast.

Por sua vez, no Amazon Fire Stick, é preciso conectar ao HDMI na televisão, escolher uma rede Wi-Fi, baixar o aplicativo do streaming no menu e abri-lo na tela.

Espelhar o celular

Outra opção é transmitir o Netflix na televisão por meio do espelhamento da tela do celular. Para fazer isso, é necessário conectar a televisão e o celular à mesma rede Wi-Fi, abrir o app no dispositivo móvel, selecionar o conteúdo desejado e escolher a função "cast", optando pela TV entre os aparelhos disponíveis.

Documentário aborda desaparecimento de Priscila Belfort, irmã de Vitor Belfort; relembre o caso

(Foto: Divulgação)

O Disney+ está preparando o lançamento de sua primeira série brasileira do gênero true crime, que se debruçará sobre o desaparecimento de Priscila Belfort, crime que parou o Brasil há 20 anos. A plataforma ainda não confirmou a data de estreia.

A irmã do lutador Vitor Belfort, que atuava como servidora na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer do Rio de Janeiro, foi vista pela última vez em 2004, quando saía do trabalho para almoçar. Desde então, boatos e denúncias deram contornos de mistério para a história ainda sem conclusão judicial.

Após dois dias sem ter notícias de Priscila, a família denunciou o desaparecimento à polícia. Não houve qualquer pedido de resgate. O caso ganhou bastante repercussão midiática por causa de Vitor, que, na época, despontava na carreira como lutador e estava recém-casado com Joana Prado, a ex-Feiticeira.

Mistério

Desde o desaparecimento, muito se especulou sobre os motivos que levaram Priscila a não ter sido mais vista: de confusão mental, pois ela já havia apresentado lapsos de memória, a dívidas por uso de drogas, devido a uma denúncia feita em 2007.

Na época, uma mulher se entregou à polícia afirmando que ela e um grupo de pessoas tiveram envolvimento no assassinato de uma vítima que, supostamente, seria a ex-servidora.

A família negou que Priscila tivesse envolvimento com drogas e disse não acreditar que ela possa ter se envolvido em dívidas para proteger algum ex-namorado. Na época, o lutador afirmou que a família forneceu para a Delegacia Antissequestro do Rio de Janeiro os nomes de todos os ex-namorados da irmã. Belfort disse que teve pouco contato com o namorado de Priscila na época em que ela desapareceu, e afirmou desconhecer qualquer envolvimento dele com drogas.

A polícia trabalhava com a hipótese de homicídio, mas a família não descarta que ela possa estar viva. Após investigações, as suposições foram descartadas e o caso foi arquivado.

Com o anúncio da série, o caso foi reaberto pelas autoridades cariocas. A produção conta com apoio da família, que cedeu horas de imagens de arquivos para o Disney+.

No Dia Nacional da Pessoa Desaparecida, em 30 de agosto, Vitor Belfort compartilhou uma publicação em suas redes sociais conscientizando a respeito do caso e de outras pessoas desaparecidas. "É uma dor muito grande muito grande para as famílias. Muitas crianças, famílias, mulheres que não sabem onde se encontram.

Acontece todo dia e a vítima pode ser qualquer pessoa. A conscientização é poder dividir com todo mundo. É lembrar que tem mães que estão enterrando o seu filho por anos, como a minha mãe", publicou.

(Foto: Reprodução/X)

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

VARIEDADES

Festival Turá divulga horários dos shows da edição de 2024; Confira

(Foto: Flashbang)

O Festival Turá, marcado para os dias 29 e 30 de junho, em São Paulo, divulgou na última quarta-feira, 05, os horários dos shows de sua terceira edição. As apresentações ocorrerão no gramado do Parque Ibirapuera. Com a proposta de valorizar a música brasileira, o festival mistura veteranos e novatos.

Estreando em festivais do gênero, a dupla Chitãozinho & Xororó encerra o primeiro dia do Turá, no sábado, 29, em show previsto para começar às 20h25. Em entrevista recente ao Estadão, os cantores afirmaram que já havia passado da hora dos festivais abrirem espaço para os cantores sertanejos. Será a primeira vez que os irmãos se apresentarão dentro do Parque do Ibirapuera.

No mesmo dias de Chitãozinho & Xororó, também se apresentam nomes como Os Garotin, trio soul oriundo de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, a cantora Filipe Catto e a banda Nação Zumbi, que celebrará os 30 anos do icônico disco Da Lama ao Caos, um marco do movimento denominado como manguebeat. Junto, os cantores e compositores Chico César e Zeca Baleiro performarão o show do recém-lançado álbum Ao Arrepio da Lei.

No domingo, 30, os destaques são Alcione e Adriana Calcanhotto, que cantará acompanhada de Rubel. Entre nomes da nova geração, as apostas são Mãeana, Gabi Matos, Assucena e Lys Ventura. Caberá a Djavan encerrar o festival, com show que começará às 20h25.

Ainda há ingressos disponíveis para os dois dias do Festival Turá. Os valores variam entre R$ 187 e R$ 720.

Confira os horários dos shows do Festival Turá

29 de junho (sábado):

Palco BB
11h30 - Os Garotin
12h15 - Kim Cotrim
12h50 - Filipe Catto

Cortejo
13:35 - Cornucópia Desvairada

Palco Hering
14h10 - Chico César & Zeca Baleiro
15h05 - Carol Tucuju
15h40 - Banda UÓ
16h40 - DJ Paulão
17h15 - Nação Zumbi (30 anos Da Lama Ao Caos)
18h15 - Paulete Lindacelva
18h50 - Fresno convida Pabllo Vittar
19h50 - DJ Sophia
20h25 - Chitãozinho & Xororó

30 de junho (domingo):

Palco BB
11h30 - Mãeana canta JG
12h15 - Gabi Matos
12h50 - Assucena

Cortejo
13:35 - Grupo Maracatu Bloco de Pedra

Palco Hering
14h10 - MC Cabelinho
15h05 - Odara Kadiegi
15h40 - Adriana Calcanhotto convida Rubel
16h40 - Lys Ventura
17h15 - Armandinho
18h15 - DJ Kokay
18h50 - Alcione
19h50 - Ubuntu
20h25 - Djavan

De patrimônio nacional a protagonista: cachorro caramelo ganhará filme da Netflix

(Foto: Albert Andrade/Netflix)

O animal de estimação mais amado do Brasil vai ganhar um filme da Netflix. O longa Caramelo, da produtora Migdal Filmes, foi anunciado durante um evento da plataforma na Rio 2C, que ocorreu na última quarta-feira, 5. O protagonista, Amendoim, já está em treinamento para as cenas, mas a produção ainda não possui data de estreia.

Dirigida por Diego Freitas, responsável por O Lado Bom de Ser Traída, e acompanhada de perto por Iafa Britz, sócia e produtora de cinema da Migdal Filmes, a trama acompanha a história do simpático vira-lata caramelo. Em suas redes sociais, o diretor agradeceu ao apoio da produtora: "Sorte em trabalhado com vários logos. Mais sorte ainda em trabalhar com a Iafa Britz e a Migdal Filmes".

O cão Amendoim compareceu ao palco do evento junto de Diego e Iafa. A atriz Giovanna Lancellotti, protagonista do filme O Lado Bom de Ser Traída, compartilhou uma foto do cachorro caramelo em seus stories do Instagram.

(Foto: @pablo_oficial via Instagram)

Pablo do Arrocha anuncia mudança drástica na carreira: 'Chega'

O cantor Pablo, conhecido também como Pablo do Arrocha, fez um anuncio que chocou seus fãs na última terça-feira, 4. O artista usou suas redes sociais para revelar que irá "parar com a sofrência", sua marca registrada na música.

"Tô passando aqui para fazer um comunicado. Já era uma situação que eu tenho pensado há algum tempo e agora por esses dias, conversando com a minha mulher, com a minha equipe, eu decidi que vou parar com a sofrência. Pelo menos até esse momento, é o que penso em fazer", disse ele.

Apesar do anúncio, o cantor não deu mais detalhes de como a mudança irá acontecer. O também aproveitou o momento para agradecer o apoio dos fãs: "Eu quero agradecer a todos os meus fãs, acho que é uma obrigação minha vir aqui dar uma satisfação a vocês sobre essa decisão que eu tomei. Brigada aos meus parceiros, os meus amigos, a minha equipe, a todos que me apoiam Espero que vocês entendam. Pra mim, chega de sofrência".

Muitos seguidores de Pablo se manifestaram nos comentários, inconformados com a notícia: "Não aceito", disse um. "Nem brinca com isso", escreveu outro. "Pode voltar atrás com isso aí", reagiu um terceiro. Outros ainda suspeitaram do vídeo ser uma campanha publicitária ou então uma brincadeira: "O golpe tá aí", disse um. "O marketing vai vir pesado aí", falou outro.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GASTRONOMIA

Conheça as melhores hamburguerias de São Paulo que vão conquistar seu paladar

(Foto: Divulgação)

No último dia 28, foi celebrado o "Dia Mundial do Hambúrguer", que foi criado com o objetivo de homenagear um dos alimentos mais famosos do mundo, que foi levado, no século XVII, aos EUA por imigrantes alemães da cidade de Hamburgo, que tinham a mania de comer carne moída amassada em formato de bola achatada e que foi adaptado pelos estadunidenses com o formato que conhecemos hoje: pão, carne e queijo. Tornando assim, um símbolo da culinária americana.

O Dia Mundial do Hambúrguer é uma grande oportunidade para os amantes dessa comida experimentarem novas receitas, visitarem suas hamburguerias favoritas ou alguma muito bem falada e avaliada pelo público e reconhecer a importância e influência cultural que um hambúrguer tem em nossa sociedade.

E a cidade de São Paulo, que é conhecida por sua excelente, diversificada e vasta gastronomia, tem as melhores hamburguerias do Brasil. Selecionamos então algumas das melhores hamburguerias da cidade para você aproveitar e se deliciar com um hambúrguer e em celebração a uma das comidas mais deliciosas e aclamadas do mundo.

• **Holy Burger:** Um verdadeiro templo para os amantes de hambúrgueres, com um local descontraído e moderno, com seus lanches caracterizados pelo pão macio, carne suculenta e temperos na medida certa para agradar o paladar dos clientes.
Endereço: Rua Dr. Cesário Mota Júnior, 527 - Vila Buarque
Horário de funcionamento: ter. a sex. (18h às 00h), sab. (12h às 00h) e dom. (12h às 23h)
Preços: R$ 35 a R$ 72
Telefone: (11) 93740-2735
Instagram: @holyburgersp

• **Hamburgueria Do Seu Oswaldo:** Criado em 1966, é uma das hamburguerias mais tradicionais da cidade, remetendo a bares antigos, com um ambiente simples e acolhedor, dispensa o modismo e o "Instagramável", conquista há anos o coração de gerações de paulistanos com seus lanches simples e o delicioso molho de tomate da casa.
Endereço: Rua Bom Pastor, 1659 - Ipiranga
Horário de funcionamento: seg. à sáb. (12h às 22h) - exceto feriados
Preços: R$ 20 a R$ 43
Telefone: (11) 93050-2976
Instagram: @hamburguerseuoswaldo

• **Meats:** Com destaque para a criatividade dos seus lanches, a Meats procura oferecer inovação e combinações ousadas em um ambiente perfeito para o encontro de amigos e refeições rápidas e deliciosas.
Endereço: Rua dos Pinheiros, 320 - Pinheiros
Horário de funcionamento: ter. a qui. (12h às 16h - 18h às 23h), sex. (12h às 16h - 18h às 00h), sáb. (12h às 00h) e dom. (12h às 23h)
Preços: R$ 38 a R$ 72
Telefone: (11) 2679-6323
Instagram: @eatmeats

• **Frank & Charles:** É uma hamburguleria única que se destaca pelo seu estilo tradicional americano e ambiente aconchegante, com hambúrgueres artesanais que vão do clássico até as criações mais elaboradas e criativas.
Endereço: Rua Tinhorão, 130 - Higienópolis
Horário de funcionamento: ter. a qui. (18h30 às 22h30), sex. e sáb. (18h30 às 23h) e dom. (18h30 às 22h)
Preços: R$ 21,90 a R$ 39,50
Telefone: (11) 3624-8763
Instagram: @frankcharles1885

• **Jota Hamburgers:** Uma das hamburguerias mais queridas da capital, conhecida pelos seus lanches suculentos e receitas tradicionais, com um ambiente simples e acolhedor e atendimento simpático.
Endereço: Rua Pamplona, 529 - Jardim Paulista
Horário de funcionamento: todos os dias (11h30 às 22h)
Preços: R$ 17,90 a R$ 33,90
Telefone: (11) 2853-0675
Instagram: @jotahamburgers

• **Lanchonete Acácio:** Com 70 anos de tradição no vibrante bairro do Tatuapé, o Acácio é um ambiente familiar com decoração de elementos clássicos e contemporâneos, com a simplicidade, a qualidade dos ingredientes e as clássicas opções do cardápio sendo ponto de destaque.
Endereço: Rua Tuiuti, 2469 - Tatuapé
Horário de funcionamento: Todos os dias das 08h até 00h (Delivery)
Preços: R$ 18 a R$ 40
Telefone: (11) 2295-1563
Instagram: @lanchoneteacacio

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GASTRONOMIA

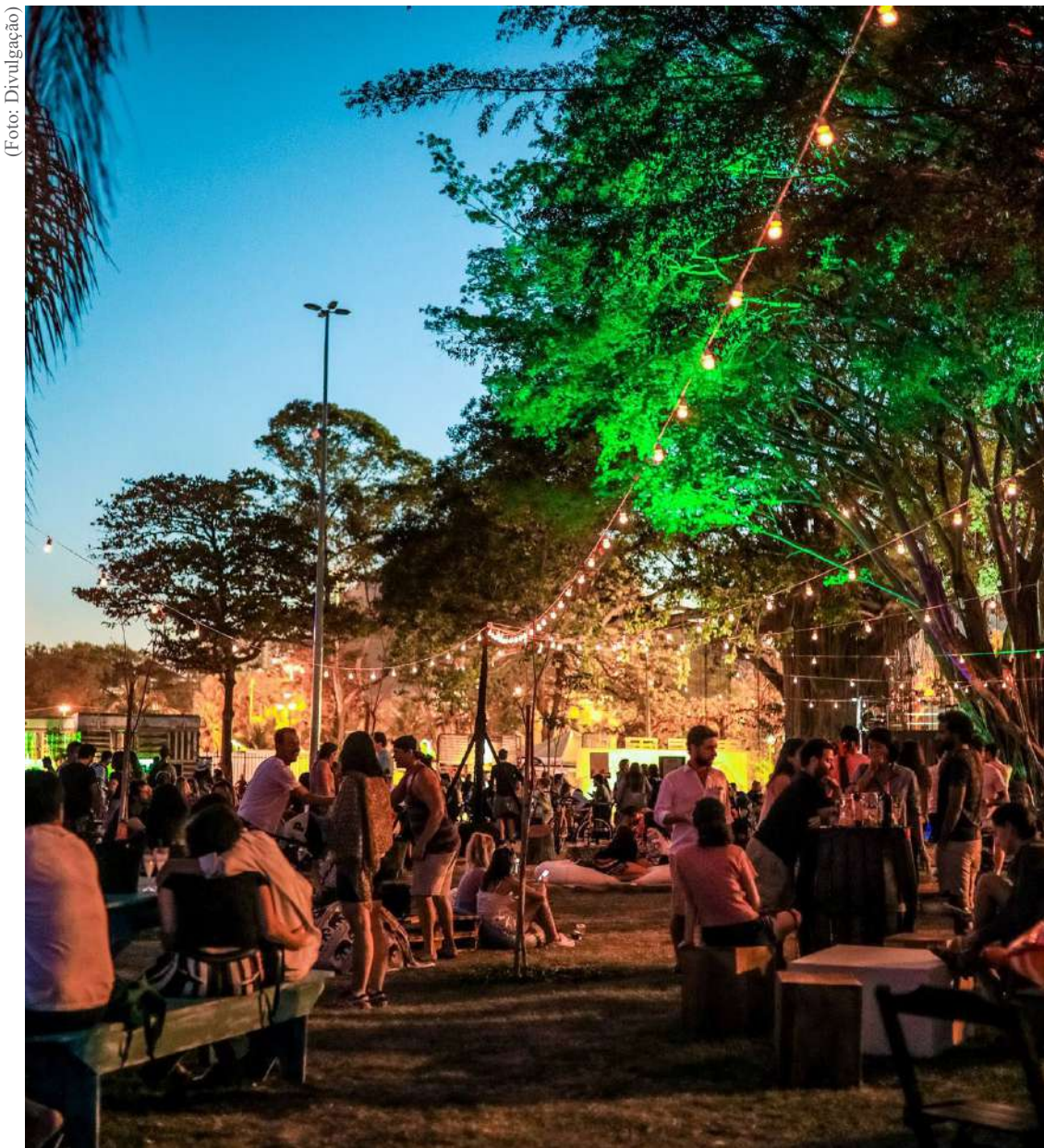
Com as presenças de Erick Jacquin e Felipe Bronze, Festival Harmonia começou na sexta (07) com muita gastronomia e música na Lagoa Rodrigo de Freitas

Depois de duas edições de sucesso, em 2017 e 2019, o Festival Harmonia volta ao Parque das Figueiras, na Lagoa, numa terceira edição imperdível, com shows de grandes nomes da música e gastronomia assinada por chefs renomados. O evento, que tem como pilares música, gastronomia, arte e sustentabilidade, começou ontem (07) e seguirá nos dias 8 e 9 de junho, com entrada gratuita. Diogo Nogueira, Toni Garrido e Leoni são algumas das atrações confirmadas. Nas ilhas gastronômicas, receitas inéditas de chefs como Heaven Dalhaye, Rafa Gomes, Frederic Monnier, Itamar Araújo e Pedro Benoliel.

Os craques Erick Jacquin e Felipe Bronze foram escalados para aulas especiais com degustação. A programação ainda inclui workshops de arte e sustentabilidade, yoga ao ar livre e apresentação de projetos sociais. A estimativa é que 15 mil pessoas circulem nos três dias de evento. O Festival Harmonia tem patrocínio da Petrobras através do Programa Petrobras Cultural.

Confira a programação de gastronomia:

Ilhas gastronômicas
- Heaven Dalhaye
- Rafa Gomes
- Frederic Monnier
- Le Cordon Bleu
- Favela Orgânica
- Itamar Araújo

Aulas Gastronômicas (com degustação)
- Rafa Gomes
- Le Cordon Bleu
- Frederic Monnier & Favela Orgânica
- Erick Jacquin
- Ana Bueno & Mirka Lage
- Heaven Dalhaye
- Felipe Bronze
- Massimo Battaglini
- Ana Souza & Victor Lima

(Foto: Divulgação)

Roda Rico oferece experiência gastronômica e passeio panorâmico com vista noturna de São Paulo para o Dia dos Namorados

Recordação romântica e sobremesa na cabine da maior roda-gigante da América Latina estão inclusas na comemoração

(Foto: Divulgação)

Registrar momentos especiais em um passeio panorâmico que permite ver a cidade de São Paulo a 91 metros de altura é a proposta da Roda Rico para os casais celebrarem a data mais romântica do calendário, dia 12 de junho, na maior roda-gigante da América Latina, localizada no Parque Cândido Portinari, ao lado do parque Villa-Lobos.

Neste Dia dos Namorados, os apaixonados vão poder aproveitar momentos especiais e ainda levar recordações para casa. As pessoas, ao chegar na atração, vão passar por um circuito que começa em um espaço 'instagramável', em que receberão uma foto impressa do momento, tirada pela Mini Shot Retro, nova câmera da Kodak.

Feito isso, eles serão encaminhados às mesas para iniciar o jantar, onde poderão se deliciar com uma tábua de frios (pães, presunto parma, salame, queijo gouda e parmesão, geleia e damasco); aperitivos de pizza nos sabores marguerita e calabresa; e uma garrafa de espumante ou vinho. Para quem optar por bebidas não alcoólicas, haverá refrigerante, suco ou água.

A noite se completa com a degustação de sobremesas deliciosas, como merengue de morango e brownie de chocolate, enquanto desfrutam de um passeio de cerca de 40 minutos nas exclusivas cabines da Roda Rico.

Vale destacar que pessoas com qualquer tipo de restrição alimentar podem enviar essa informação para o e-mail contato@rodarico.com.br que o local providenciará um cardápio adaptado.

Os ingressos podem ser adquiridos de forma antecipada na bilheteria da Roda Rico ou por meio do portal Sympla, e a celebração ocorre com horários entre 17h até 21h. O valor para o casal custa R$ 459,80, e a experiência total da comemoração, incluindo o jantar e a volta na roda-gigante, tem duração de aproximadamente 1h30 a 1h50.

(Foto: Divulgação)

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676